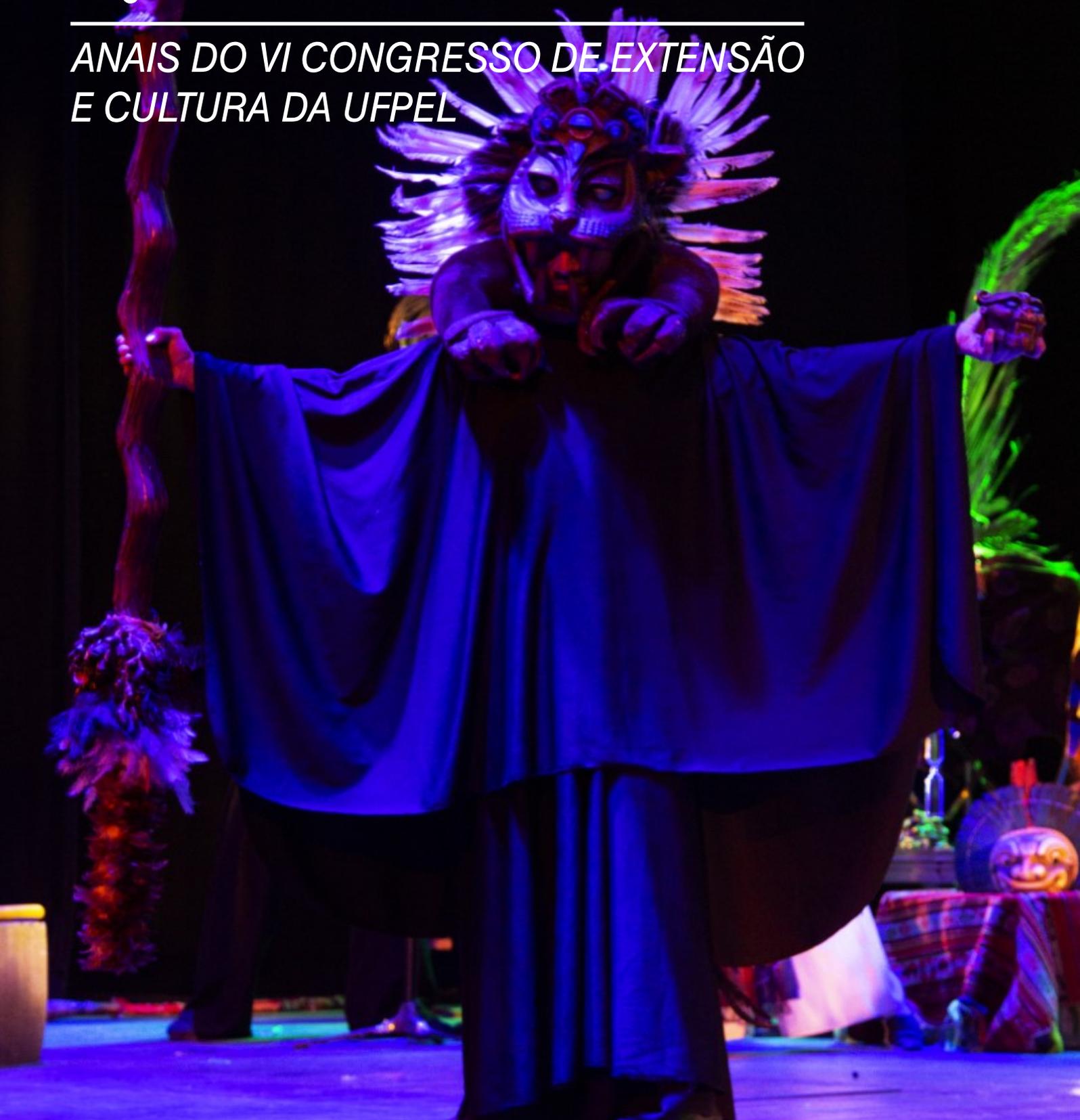


CEC 2019

*ANAIS DO VI CONGRESSO DE EXTENSÃO
E CULTURA DA UFPEL*



PR
Pró-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura



5ª SIIPE
SEMANA INTEGRADA
UFPEL 2019

INOVACAO > ENERGO > PESQUISA > EXTENSÃO



V CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA

ORGANIZAÇÃO

Comissão Científica VI CEC

*Francisca Ferreira Michelin – Presidente
Felipe Fehlberg Hermann
João Fernando Igansi Nunes
Silvana de Fátima Bojanoski*

Comissão Organizadora VI CEC (acadêmicos)

*Bárbara dos Santos Kurz
Betina Dummer Uczak
Carlos Eduardo Vetromille Brito
Isabela Almeida Nogueira
Jéssica Cristina Alves
Joice Vieira Soares
Lisiane Gastal Pereira
Lucas Farias Centeno
Marlene dos Santos de Oliveira
Miguel Pereira Soares
Nicole Fernandes da Silva
Rafael Nolasco*

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Chefe de Gabinete

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Ensino

Maria de Fátima Cóssio

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Júnior

Comissão Organizadora VI CEC

*Andréa Lacerda Bachettini
Desirée Nobre Salasar
Jerri Teixeira Zanusso
Norlai Alves Azevedo
Valdecir Carlos Ferri
Ana Carolina Oliveira Nogueira
Cátia Aparecida Leite da Silva
Elias Lisboa dos Santos
Mateus Schmeckel Mota
Matheus Blaas Bastos
Nádia Najára Krüger Alves
Rogéria Aparecida Cruz Guttier*

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Coordenador de Arte e Inclusão

João Fernando Igansi Nunes

Coordenadora de Patrimônio Cultural e Comunidade

Silvana de Fátima Bojanoski

Coordenador de Extensão e Desenvolvimento Social

Felipe Fehlberg Herrmann

Núcleo de Ação e Difusão Cultural

Matheus Blaas Bastos

Núcleo de Formação, Registro e Acompanhamento

*Ana Carolina Oliveira Nogueira
Rogéria Aparecida Cruz Guttier
Cátia Aparecida Leite da Silva*

Seção de Integração Universidade e Sociedade

Norlai Alves Azevedo

Seção de Captação e Gestão de Recursos

*Mateus Schmeckel Mota
Elias Lisboa dos Santos*

Seção de Mapeamento e Inventário

Andrea Lacerda Bachettini

Secretaria

Nádia Najara Kruger Alves

Design Editorial

Carlos Eduardo Vetromille Brito

Foto da capa

*Fotografia
V SIIPE, Orquestra de Instrumentos Autóctones e
Novas Tecnologias - UNTREF/Argentina
Fotógrafo: Alvaro Pouey de Oliveira Filho*



UFPel 50 anos: construindo cidadania com Extensão Universitária

O tema celebrado pela 5ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIPE) da UFPel comemorou o aniversário de 50 anos da Universidade com o enunciado que faz referência a uma das principais funções da universidade pública: a construção da cidadania. Do ponto de vista do Congresso de Extensão e Cultura, o tema vem contemplado pelas diretrizes da Extensão, o que equivale dizer que a própria dimensão o atende intrinsecamente, porque a formação cidadã é o pressuposto básico da genuína prática extensionista. E isso ocorre, justamente, quando há poucos meses o Conselho Nacional de Educação homologou através da Portaria no 1.350, publicada no Diário da União de 17 de dezembro de 2018, a homologação do Parecer que estabelece as diretrizes e normas para as atividades de extensão na educação superior do País. O que se encontra nesse documento afirma “a extensão universitária como função potencializadora na formação dos estudantes e na capacidade de intervir em benefício da sociedade, aspecto essencial para que a universidade se realize como instrumento emancipatório do ponto de vista histórico” (p. 4) 1

Desse modo, é atual, presente e justificável que se entenda e se defenda - porque também isso é necessário - a extensão universitária sob dois dos princípios que a determinam: um é o processo formativo para o estudante e o outro, o processo que o forma um cidadão voltado a interagir com a sociedade em uma perspectiva cidadã, ou seja, pronto a exercer o conhecimento de modo a contribuir para a melhoria da sociedade.

Retomando o texto do Parecer, entende-se que a valorização da extensão pressupõe uma mudança de paradigma pedagógico que se expressa no profundo câmbio do “eixo pedagógico clássico, ou seja, a relação estudante/professor, é substituída pelo eixo estudante/professor/comunidade” (p. 9). O que se conforma, diante deste quadro é a compreensão de um novo entendimento para a formação do estudante, seja qual for o curso que este esteja cursando. Assim, a extensão tornou-se “dimensão pedagógica essencial à formação superior”(p. 11).

Alguns perguntam se isso é possível, realizável e cumpre com a meta para a qual foi feito. A V SIIPE encerrou com um exemplo concreto ao trazer à Pelotas a Orquestra de Instrumentos Autóctonos y Nuevas Tecnologias da Universidad Nacional Tres de Febrero, Argentina. O espetáculo, assistido por mais de mil pessoas, é resultado deste processo porque, tal como explicou o Prof. Alejandro Iglesias, diretor e maestro da Orquestra, o espetáculo é apenas a forma final e visível de um processo no qual todas as dimensões do aprendizado estão vinculadas: os conteúdos formais, a pesquisa e a profunda integração com as culturas sul americanas. Trata-se, portanto, de um aprendizado integral, contínuo e expansivo.

Para não esquecer o exemplo, é que a capa destes Anais, com os quais celebramos mais uma edição do Congresso de Extensão e Cultura, apresenta uma fotografia de um dos momentos do espetáculo da Orquestra, que encerrou a V SIIPE. Nessa imagem vemos o resultado de um agir pleno: a luteria, a arte da confecção de máscaras, a interpretação musical e cênica e todo o aparato tecnológico que conforma a presença e atuação dos professores-músicos-pesquisadores e estudantes-músicos em formação - pesquisadores iniciantes, que se apresentaram no palco do Theatro Guarany. Foi uma ocorrência memorável que serviu para acreditar que é possível um novo modelo de formação universitária.

Francisca Ferreira Michelin
Pró-Reitora de Extensão e Cultura/UFPel

SUMÁRIO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE A ACEITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SEGUNDO E TERCEIRO CICLO DE PALESTRAS DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

GIULIANA DE AVILA FERRONATO; AMANDA SILVA HECKTHEUER; BÁRBARA DA ROCHA FONSECA; VITÓRIA HIRDES GLENZEL; MARIANA HÄRTER REMIÃO

08

BARÔMETRO DA QUALIDADE DE SERVIÇOS CONTÍNUOS – PESQUISA E ACOMPANHAMENTO DA SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS DE TELEFONIA

DANIELA BARBOSA SOUSA; PATRÍCIA KRAUSE DO AMARAL; EDAR DA SILVA AÑAÑA

12

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UFPEL: REPERCUSSÕES EM PRODUTORAS, PRODUTORES E UNIVERSIDADE.

CARLOS GASSEN NASCIMENTO; JOSÉ RICARDO KREUTZ ANTÔNIO CRUZ

16

ECAPE JR - UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

TAINARA VAZ DE MELO; JOSIELE BOTELHO RODRIGUES; ELIANA APARECIDA CADONÁ; NATHALIA VIEIRA RIBEIRO; TAÍS TEIXEIRA DA ROSA; PABLO MIGUEL

20

PROGRAMA DE INCENTIVO À DISSEMINAÇÃO DA ERGONOMIA E SEGURANÇA NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

JOSÉ JONÁTAS DA SILVA HOLANDA; MARIANA DA SILVA LEANDRO; JOICE PRISCILA SILVEIRA DIAS; ISABELA FERNANDES ANDRADE; LUIS ANTONIO DOS SANTOS FRANZ

23

MONITORAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO E POLÍTICAS DE APOIO À INSERÇÃO DOS JOVENS: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DA AÇÃO EXTENSIONISTA

RAFAELLA EGUES DA ROSA; FRANCISCO EDUARDO BECKENKAMP VARGAS

27

A IMPORTÂNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DA BIOTECNOLOGIA PARA A INSERÇÃO DO BIOTECNOLOGISTA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: ETAPA II

ANTÔNIO DUARTE PAGANO; AMANDA DA SILVA HECKTEUER; DIEGO SERRASOL DO AMARAL; PRISCILA MARQUES MOURA DE LEON

31

MONITORAMENTO METEOROLÓGICO DA METADE SUL DO RS: ANO 3

LUIZ GABRIEL CASSOL MACHADO; FERNANDO RAFAEL BATISTA RIBEIRO JUNIOR; EMILY CLÁUDIA PEREIRA RAMOS; ANDRÉ BECKER NUNES

35

IMPORTÂNCIA NA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO BIOTECNOLOGISTA: G-BIOTEC RECEBE COLÉGIOS NO CURSO E EM SEUS LABORATÓRIOS DE PESQUISA

DIEGO SERRASOL DO AMARAL; GUILHERME FEIJÓ SOUSA; ANTONIO SUARTE PAGANO; AMANDA SILVA HECKTHEUER; JACKSON MORAIS BECKER; PRISCILA MARQUES MOURA DE LEON

39

**PRIMEIRO DIA DE MINICURSOS DO VII SIMPÓSIO DE BIOTECNOLOGIA:
ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO**

*BÁRBARA DA ROCHA FONSECA; VITÓRIA ADRIELLY CATSCHOR DOS SANTOS; IZADORA PETER
FURTADO; ANA LAURA DA SILVA FEIJÓ; VITOR DA SILVEIRA ALBA; VANESSA GALLI*

43

**ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO INFORMATIVO SOBRE OS EVENTOS DE
SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO NO ESOCIAL**

*KEEZY MEDEIROS RADTKE; LETÍCIA LUCAS FRAGA DA SILVA; LUÍS ANTÔNIO DOS SANTOS FRANZ3;
RENATA HEIDTMANN-BEMVENUTI*

47

A red banner with a slight 3D effect, tilted slightly to the right, containing the word "Trabalho" in white, bold, sans-serif font. The banner is set against a background of a repeating geometric pattern of thin, light gray lines forming a series of small, interlocking triangles.

Trabalho

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE A ACEITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SEGUNDO E TERCEIRO CICLO DE PALESTRAS DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

GIULIANA DE AVILA FERRONATO¹; AMANDA SILVA HECKTHEUER²;
BÁRBARA DA ROCHA FONSECA³; VITÓRIA HIRDES GLENZEL⁴; MARIANA
HÄRTER REMIÃO⁵

¹Universidade Federal de Pelotas - CDTec, Biotecnologia – giulianaferronato@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - CDTec, Biotecnologia - amandasheck@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - CDTec, Biotecnologia - barbfonseca@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - CDTec, Biotecnologia - vitoriaglzenzel@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas - CDTec, Biotecnologia – marri.hr@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A palavra “empreendedor” origina-se há mais de 800 anos do verbo francês *entreprendre*, que significa “fazer algo” (GOMES, 2016). Em definições mais atuais, ser empreendedor é saber identificar e explorar oportunidades em que outras pessoas não percebem ou não reconhecem o potencial comercial (DORNELAS, 2016). Os empreendedores são reconhecidos por abrirem seus próprios negócios, gerarem empregos, fornecerem inovações para a sociedade estimulando o crescimento econômico (LONGENECKER, et al 2004), porém as pessoas de caráter empreendedor também são importantes funcionários dentro de empresas, visto que possuem perfil de serem proativos para resolverem questões, solucionando-os com criatividade e motivação (BAGGIO e BAGGIO, 2014). Os empreendedores são de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico, e por isso existe a importância da criação de programas e políticas que estimulem e inspirem novos empreendedores.

Muitas universidades ao redor do mundo já reconhecem a relevância que a educação empreendedora tem para a inovação e a economia do seu país. O maior exemplo disso é o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), nos Estados Unidos, que possui iniciativas interessantes como cursos práticos e programas de aceleração de empresas que apresentam ótimos resultados. Em 2014 estavam ativas 30 mil empresas fundadas por pessoas que haviam sido alunas do MIT, gerando quase 5 milhões de empregos e uma receita anual de US\$1,9 trilhões, sendo pouco mais alta que o PIB do Brasil de 2015 (ENDEAVOR E SEBRAE, 2016). Assim, percebe-se que as universidades possuem um importante papel de estimular e inspirar o empreendedorismo e a inovação a fim de gerar desenvolvimento econômico e social.

Segundo a pesquisa realizada pelo SEBRAE e ENDEAVOR, (2016), o cenário no Brasil é diferente: alunos universitários apresentam baixa satisfação com as iniciativas de empreendedorismo, sendo de apenas 36%. Outro dado problemático desta mesma pesquisa traz o dado de que cerca de 18% das universidades brasileiras não possuem uma entidade interna que institucionalize as ações voltadas para o empreendedorismo (ENDEAVOR E SEBRAE, 2016). Isso demonstra a necessidade das universidades brasileiras em atender a demanda dos alunos em relação ao empreendedorismo, através de eventos, programas de incentivos internos, bem como disciplinas voltadas ao tema. Dados da mesma pesquisa de 2016 demonstram que apenas 21% dos universitários pensam em empreender no futuro, ou seja, apenas um em cada cinco. Mais preocupante do que isto é o dado de que 75% destes não pensam em inovar e sim oferecer produtos já existentes à sociedade.

O cenário deveria ser diferente, principalmente por possuímos alunos participantes de centros de pesquisas, porém algo que colabora com esse quadro é que dentre os alunos interessados em serem empreendedores, apenas 28% já cursaram uma disciplina na área (ENDEAVOR E SEBRAE, 2016). É evidenciado que o aluno empreendedor possui mais contato com o ecossistema de negócios, logo, quanto maior o envolvimento com a temática empreendedora, maior a proporção de alunos que realizaram disciplinas do tipo. Dos alunos que são empreendedores 46% já cursaram disciplinas relacionadas com o tema e, dos potenciais empreendedores, 69% dos alunos que pensam em empreender em até 3 anos também já cursaram essas disciplinas (ENDEAVOR E SEBRAE, 2016).

Em vista da necessidade de aproximação das universidades com o empreendedorismo, surge o Ciclo de Palestras de Gestão e Empreendedorismo (CPGE), um evento que é realizado pelas turmas que cursam a disciplina de Gestão em Biotecnologia na Universidade Federal de Pelotas e que tem por finalidade incentivar o comportamento empreendedor da comunidade em geral. Este evento é gratuito, aberto ao público e divulgado amplamente nas redes sociais. Com isso, o objetivo deste trabalho foi avaliar a relevância e a organização contínua do CPGE através de uma comparação entre as suas duas últimas edições.

2. METODOLOGIA

Os eventos II e III Ciclo de Palestras de Gestão e Empreendedorismo (CPGE) foram planejados durante a disciplina obrigatória de Gestão em Biotecnologia (Código nº 22000044), por alunos do curso de Biotecnologia da Universidade Federal de Pelotas. Durante as aulas, eram discutidos tópicos sobre a organização do evento, como as temáticas pertinentes para cada edição, data e local do evento, patrocinadores e modelos dos materiais de divulgação utilizados. Além disso, os alunos eram divididos em diferentes grupos, a fim de facilitar a divisão das tarefas e execução dos tópicos, sendo eles: palestrantes, inscrições, divulgação e patrocínio.

O II CPGE foi organizado no segundo semestre de 2018 e foi realizado no dia 30 de novembro, no Parque Tecnológico de Pelotas, durante o turno da tarde, com foco na área de empreendedorismo e gestão de empresas juniores, sem cobrança de taxa de inscrição e sem auxílio financeiro. O evento contou com palestras ministradas por coordenadores de grupos de pesquisa e gestores de empreendimentos da cidade, além de uma mesa redonda abordando o tema de empresas juniores na UFPEL.

A organização do III CPGE se deu durante o primeiro semestre de 2019 e o evento foi realizado no dia 26 de junho de 2019, no turno da noite, ocorrendo simultaneamente ao VII Simpósio de Biotecnologia, no auditório do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem (CEHUS). Também foi realizado sem cobrança de taxa de inscrição e contou com financiamento de R\$ 200,00 do auxílio eventos fornecido pela PRAE.

Ao final de cada evento, os participantes receberam um formulário de avaliação, no qual deveriam responder entre “péssimo”, “fraco”, “regular”, “bom”, “ótimo” ou “não se aplica” para os seguintes tópicos: divulgação do evento; programação do evento; organização do evento; relevância dos temas abordados; relevância das palestras; adequação das instalações; e contribuição à vida acadêmica. Ao final do questionário, foi destinado um espaço livre para sugestões para as próximas edições.

No presente trabalho, realizou-se a comparação das avaliações entre ambas edições do evento, e se as sugestões propostas na avaliação do II CPGE foram atendidas no III CPGE. As avaliações foram digitalizadas em formulário online para obtenção dos gráficos referentes a cada tópico avaliado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos pelos formulários de avaliações individuais, foi possível afirmar que houve uma melhoria na qualidade da organização do evento, já que houve um aumento de 25,2% em participantes que votaram na opção “ótimo”. Além disso, não houve nenhuma opinião atestando que a organização do evento foi fraca, diferente do ano anterior. Somente 2,2% dos participantes atestaram que o evento foi regular. Estes resultados podem ser observados no gráfico apresentado na Figura 1.

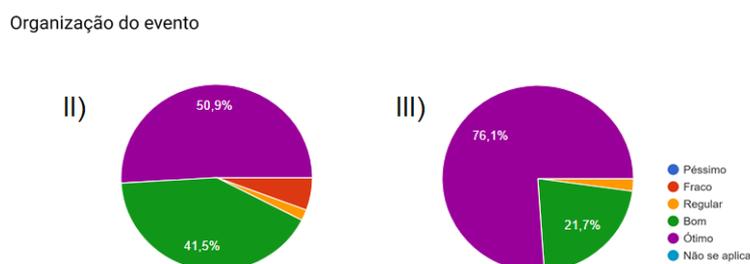


Figura 1. Avaliação dos critérios referente a organização das edições II e III do Ciclo de Palestras de Gestão e Empreendedorismo.

Outro dado observado foi o aumento da satisfação dos ouvintes em relação às palestras do evento. Como é possível observar no gráfico da Figura 2, cerca de 54,7% dos ouvintes do II CGPE classificaram as palestras como “ótimas” e 41,5% como “boas”; enquanto no III CGPE, 71,7% dos participantes avaliaram como as palestras como “ótimas” e os demais 28,3% avaliaram as mesmas como “boas”. Esses dados demonstram que a escolha dos palestrantes agradou mais ao público na terceira edição, já que nesta última contava-se com o *feedback* dado ao público nos anos anteriores.

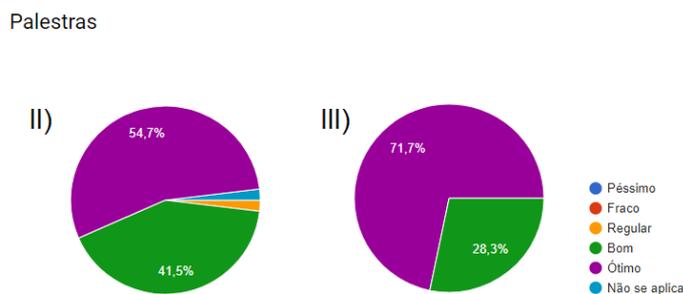


Figura 2. Avaliação dos critérios referente às palestras das edições II e III do Ciclo de Palestras de Gestão e Empreendedorismo.

Na comparação dos demais critérios, é possível observar uma tendência no aumento do número de ouvintes avaliando cada item como “ótimo” (Tabela 1). Contudo, 9,1% dos ouvintes avaliaram a divulgação do evento como “fraca” em comparação ao ano anterior (3,8%). Isso pode ser justificado devido a divulgação do III CPGE ter sido feita concomitantemente a outro evento que ocorreu nos mesmos dias e era organizado, em sua maioria, pelo mesmo grupo de alunos.

Talvez esse fato tenha diminuído o alcance de pessoas comparado à edição anterior, e deverá ser levado em conta para a organização dos próximos CPGEs.

Ainda, foi observado que as sugestões dadas pelos ouvintes no II CPGE não se repetiram no III CPGE. Algumas das questões levantadas na segunda edição foram: diminuir o número de palestrantes e dar a eles mais tempo de fala; melhorar a qualidade do som e/ou mudar para um local com melhor acústica; seguir de forma mais rígida o cronograma; e manter a palestra e o palestrante conforme anunciado na divulgação. Todas essas sugestões foram levadas em consideração no momento da organização do III CPGE e provavelmente por isso acabaram não sendo reafirmados nesta edição. Este é um indicador da melhora na qualidade do evento de uma edição para a outra.

Tabela 1. Tabela demonstrando os resultados referentes aos demais critérios das edições II e III do Ciclo de Palestras de Gestão e Empreendedorismo (CPGE). Estão apresentados nos quadrados corados em cinza os dados do II CPGE e em branco os dados do III CPGE.

	Ótimo		Bom		Regular		Fraco		Não se aplica	
Divulgação do evento	34	51,5	39,6	24,2	20,8	15,2	3,8	9,1	1,9	0
Programação do evento	37,7	57,6	45,3	33,3	13,2	3	3,8	3	0	3
Tema abordado	57,7	66,7	36,5	30,3	5,8	3	0	0	0	0
Adequação das instalações	71,7	87,9	22,6	9,1	2	3	0	0	1	0
Contribuição à vida acadêmica	56,6	75,8	26,4	21,2	11,3	3	3,8	0	1,9	0

4. CONCLUSÕES

Tendo em vista os pontos apresentados, observou-se que o III CPGE apresentou foi melhor avaliação por parte dos participantes quando comparado ao II CPGE. Além disso, o fato do evento ocorrer simultaneamente ao VII Simpósio de Biotecnologia, contribuiu para que a divulgação fosse menos priorizada, embora tenha apresentado aumento no percentual de avaliações “ótimas”.

Os fatos expostos corroboram com a questão de que a turma organizadora pode adquirir experiência com a organização e execução do II CPGE, apresentando conseqüente melhora na III edição do evento, promovendo assim um evento de maior contribuição para os ouvintes e elevando o padrão de aceitação por parte dos mesmos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: Conceitos e Definições. Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 6ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.
- GOMES, J. O empreendedorismo e a universidade. Administradores.com, 7 de set. de 2016. Acessado em 28 de ago. de 2019. Online. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-empreendedorismo-e-a-universidade>.
- LONGENENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J.W. Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial. São Paulo: Pearson, 2004.
- SEBRAE; ENDEAVOR. Empreendedorismo nas universidades brasileiras, 2016.

BARÔMETRO DA QUALIDADE DE SERVIÇOS CONTÍNUOS – PESQUISA E ACOMPANHAMENTO DA SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS DE TELEFONIA

DANIELA BARBOSA SOUSA¹; PATRÍCIA KRAUSE DO AMARAL²; EDAR DA SILVA AÑAÑA³

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – danielabsousa96@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – pkrause017@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – edaranana@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de estudar a qualidade da telefonia brasileira vem desde 1988, quando a Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S. A.), uma sociedade que tinha o intuito de fornecer telecomunicações seguras e de qualidade para a promoção de desenvolvimento nacional e redução das desigualdades sociais, foi privatizada. Nesse período, houve um “boom” de crescimento na oferta de linhas fixas e de aparelhos celulares, levando à queda dos preços e ao aumento do número de operadoras.

O serviço de telefonia, que antes era bastante restrito, transformou-se numa necessidade básica, e o desafio do presente é encontrar serviços de maior valor. Mas o que é valor, afinal? Valor, de acordo com Samara e Morsch (2005, p.205) é “o conjunto de benefícios que o consumidor espera de um produto ou serviço, em troca de seu custo”. Logo, valor envolve um conjunto de características pertinentes a satisfação. Porque todo o consumidor busca em um produto ou serviço a satisfação de uma necessidade ou desejo. Pensando assim é necessário avaliar, a partir das expectativas de cada indivíduo, os valores considerados no serviço de telefonia.

O objetivo do trabalho é monitorar continuamente, através de ausculta direta e objetiva, a qualidade percebida pelos consumidores de serviços de telefonia, para avaliar o grau de satisfação, a relação custo-benefício e a probabilidade/intenção de “churn” presente em cada segmento de clientes.

O serviço de telefonia é o primeiro a ser estudado, dentro de um conjunto de serviços contínuos que envolve a distribuição de água, a energia elétrica, a TV por assinatura, a transmissão de dados, o transporte coletivo, etc., cuja mensuração está sendo aferida conforme preconizado pelo *American Customer Satisfaction Index (ACSI)*, desenvolvido por Fornell, Johnson, Anderson, Cha e Bryant (1996) e replicado no Brasil por Moura e Gonçalves (2005). A exemplo do ACSI, o Barômetro da Qualidade de Serviços Contínuos, da UFPEL, também divulgará periodicamente um índice de satisfação com cada serviço baseado em sete construtos: Qualidade Percebida, Expectativas dos Clientes, Conveniência dos Serviços, Valor Percebido, Satisfação Global, Lealdade ao Prestador e Propensão a Reclamar.

2. METODOLOGIA

A realização deste trabalho compreende três etapas: a primeira de natureza exploratório-qualitativa, para avaliação de trabalhos já publicados e reunião de dados secundários; a segunda etapa, para criação do instrumento de coleta, a coleta propriamente dita e a análise dos dados primários através de um modelo de equações estruturais; e a terceira etapa envolvendo a divulgação do resultado da pesquisa em página própria do projeto, hospedada em servidor da UFPEL. O último estágio é o processamento e análise dos resultados globais, para que sejam

transformados em índices e divulgados periodicamente através de página própria já disponível no site da UFPEL (<https://wp.ufpel.edu.br/barometro>).

As análises envolvem tratamento e avaliação dos dados, através de Análise Fatorial Confirmatória, da Modelagem de Equações Estruturais e da comparação de medidas de tendência central e de dispersão entre os diferentes grupos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudar o comportamento do consumidor implica em admitir que o ser humano é complexo. Numa analogia ao iceberg, no caso do consumidor é possível ver o seu comportamento, mas não as atitudes, as motivações e as intenções que o influenciam, e estas não podem ser ignoradas pelo mercado. Este estudo avalia a satisfação do consumidor após a contratação, quando o serviço já está em uso pelo consumidor, ou seja, é uma avaliação “a posteriori”. De acordo com Samara e Morsch (2005, p.203) “a satisfação consiste na sensação de prazer ou desapontamento resultante da comparação do desempenho (ou do resultado) percebido em um produto em relação às expectativas do comprador”.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), encerrou o ano de 2018 com 973 mil registros de reclamações relativos a serviços de telefonia móvel e serviços pós e pré-pagos. Se considerarmos qualidade, funcionamento e reparo de serviços, ambas atribuições de conveniência e pós-venda, foram registradas 530 mil reclamações.

Para que haja precisão nos dados, o trabalho utiliza modelo similar ao *American Customer Satisfaction Index* (ACSI), desenvolvido por Fornell, Johnson, Anderson, Cha e Bryant (1996). O ACSI, empregado nos Estados Unidos da América, analisa a satisfação dos consumidores através de um sistema composto por sete construtos, cujo resultado oferece um índice principal de “satisfação global”; os demais construtos também são importantes por serem antecedentes (expectativas, qualidade e valor percebido pelo cliente) ou consequentes (reclamações e lealdade do consumidor) à satisfação.

Além dos construtos do ACSI, o presente trabalho incorpora uma dimensão relacionada à conveniência dos serviços, identificada durante a etapa exploratória (Figura 1). A conveniência dos serviços, proposta por Berry, Seiders e Grewal (2002) e apropriada no Brasil por Añaña, Silva e Nique (2011), reúne fatores como ambiente físico, a infraestrutura fornecida aos consumidores e a facilidade de acesso aos serviços, geralmente agrupados em fatores como conveniência de decisão, conveniência de acesso, conveniência de transação, conveniência de benefício, conveniência pós-benefício, entre outros.

Com relação aos antecedentes de satisfação global, são feitas as seguintes relações: 1) a expectativa do cliente diz respeito ao que o cliente espera no momento do consumo e é atribuída positivamente a qualidade percebida e a valor percebido; 2) qualidade percebida, por sua vez é quando o consumidor avalia o desempenho do produto/serviço, ou seja, sua experiência de consumo. Esta experiência atua positivamente sobre a satisfação; 3) valor percebido, estima a qualidade *versus* preço pago, e também age de forma positiva. (MOURA, GONÇALVES, 2005, p.74)

Já as consequentes da satisfação global, temos uma relação inversamente proporcional, logo, espera-se diminuir as reclamações para que a lealdade seja aumentada. Quando o cliente opta pela recompra do o produto/serviço associa-se diretamente a um comportamento de lealdade. Entretanto, para que a regra do modelo seja mantida, as empresas prestadoras de serviços devem solucionar as reclamações, ou proporcionar ao cliente assistência técnica quando necessário, por

exemplo. Caso as necessidades do consumidor não sejam supridas a relação será negativada (MOURA, GONÇALVES, 2005, p.74).

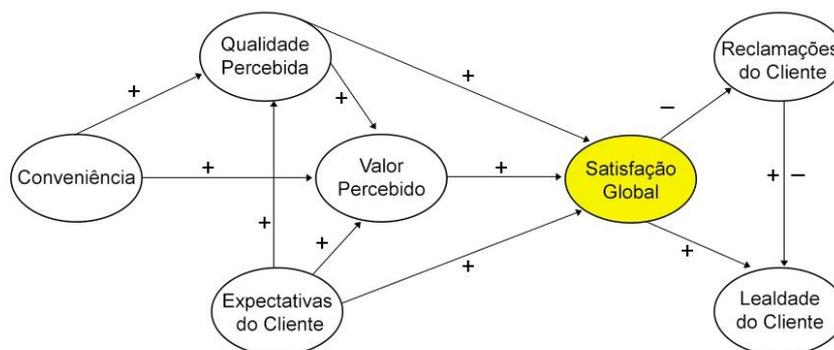


Figura 1 – Modelo de Equação Estrutural proposto final.
FONTE: autores do artigo

O trabalho encontra-se em fase de coleta de dados, e o resultado do primeiro levantamento deverá ser publicado durante o mês de outubro do ano em curso, provavelmente durante o CEC. Como se trata da primeira coleta de dados, de um trabalho ainda pouco divulgado, é possível que a adesão se concentre na avaliação da atitude e do nível de satisfação dos consumidores pelotenses, e que as avaliações dos consumidores de outras cidades e unidades da federação somente sejam capturadas em levantamentos futuros.

4. CONCLUSÕES

O trabalho inova por aprofundar o conhecimento produzido em trabalhos prévios (ROSSI; SLONGO, 1998; URDAN; RODRIGUES, 1999; URDAN; HUERTAS, 2001; SOUZA; RAMOS; RAMOS, 2002; MARCHETTI; PRADO, 2004; FILHO; GUERRA; MOURA, 2004; MOURA; GONÇALVES, 2005; LEITE; FILHO, 2007; MILAN; TREZ, 2005; MENDES; SOARES; SOUZA, 2006; RAMOS; FILHA, 2007; LOPES; PEREIRA; VIEIRA, 2009), e por divulgar de forma sistemática uma série de índices de interesse acadêmico e de mercado, o que reforça o aspecto extensionista do mesmo.

O projeto se diferencia de outras iniciativas semelhantes, como o Índice Brasileiro de Satisfação do Cliente, criado pela USP em 2012, ou o Índice Nacional de Satisfação do Consumidor (INSC), da ESPM, por utilizar metodologia e/ou periodicidade de divulgação diferentes. O índice criado pela USP também utiliza a metodologia do *American Customer Satisfaction Index (ACSI)*, assim como este, mas trata-se de um trabalho de corte transversal, cujo resultado não costuma ser replicado e divulgado sistematicamente para uso do mercado; e o INSC da ESPM utiliza metodologia completamente diferente, baseada na captura de depoimentos espontâneos através de robôs. Até onde se tem notícia, esta é uma iniciativa pioneira, que pretende suprir um interessante gap de informação, e que poderá se transformar em interessante veículo de apoio à decisão, tanto por parte dos consumidores, quanto dos operadores de serviços contínuos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÑAÑA, E. da S.; SILVA, R. G. S.; NIQUE, W. M. Conveniência de serviços: apropriação e adaptação de uma escala de medida. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n.6, p.585-600, nov./dez. 2011.

ANATEL. Anatel registra queda de 13,6% nas reclamações em 2018. In. ANATEL, 08 fev. 2019. Disponível em < <https://www.anatel.gov.br/consumidor/reclamacoes-na-anatel2> > Acesso em: 11 set. 2019.

BERRY, L. L.; SEIDERS, K; GREWAL, D. Understanding service convenience. **Journal of Marketing**, v. 66, n. 3, p. 1-17, jul. 2002. Disponível em <<http://journals.ama.org/doi/10.1509/jmkg.66.3.1.18505?code=amma-site>>. Acesso em: 11 set. 2019.

FILHO, C. G.; GUERRA, R. S.; MOURA, A. I. Mensuração de Satisfação, Qualidade, Lealdade, Valor e Expectativa em Instituições de Ensino Superior: um Estudo do Modelo ACSI através de Equações Estruturais. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, [S.l.], v. 2, n. 1, Jan./Abr. 2004.

FORNELL, C., JOHNSON, M. D., ANDERSON, E. W., CHA, J., BRYANT, B. The American Customer Satisfaction Index: Nature, Purpose, and Findings. **Journal of Marketing**, 60(4), 7-18. 1996. Disponível em <<http://scholarship.sha.cornell.edu/articles/431/>> Acesso em 11 set. 2019.

LOPES, H. E. G.; PEREIRA, C. C. de P.; VIEIRA, A. F. S. Comparação entre o Modelo Norte-Americano (ACSI) e Europeu (ECSI) de Satisfação do Cliente: um Estudo no Setor de Serviços. **Revista de Administração Mackenzie**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 161-187, jan./fev. 2009.

MARCHETTI, R.; PRADO, P. H. M. Avaliação da Satisfação do Consumidor Utilizando o Método de Equações Estruturais: um Modelo Aplicado ao Setor Elétrico Brasileiro. **Revista de Administração Contemporânea**, [S.l.], v. 8, n. 4, Out./Dez. 2004. p. 09-32. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rac/v8n4/v8n4a02.pdf>> Acesso em: 11 set. 2019.

MILAN, G. S.; TREZ, G. Pesquisa de satisfação: um modelo para planos de saúde. **Revista de Administração de Empresas**, v. 4, n. 2, art. 2, p. 1-21, 2005. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/30105/pesquisa-de-satisfacao--um-modelo-para-planos-de-saude>> Acesso em? 11 set. 2019

MOURA, A. C.; GONÇALVES, C. A.. Modelo de Satisfação ACSI Modificado no Setor de Telefonia Móvel. **Revista de Administração de Empresas**, Minas Gerais, v. 45,n.0, p. 72-85, 2005.

SAMARA, B. S.; MORSCH, M. A. Comportamento do consumidor: conceitos e casos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

URDAN, A. T.; RODRIGUES, A. R. O Modelo do Índice de Satisfação do Cliente Norte-Americano: um Exame Inicial no Brasil com Equações Estruturais. **Revista de Administração Contemporânea**, [S.l.], v.3, n.3, Set/Dez. 1999.

URDAN, A. T.; HUERTAS, M. K. Satisfação com Assistência Técnica e Lealdade ao Fabricante no Ramo Automobilístico. **Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 41, n. 3, p. 31-41, jul. 2001. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37727>> Acesso em: 11 set. 2019.

LEITE, R. S.; FILHO, C. G. Um Estudo Empírico da Aplicação do Índice Europeu de Satisfação de Clientes (ECSI) no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 178-200, 2009.

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UFPEL: REPERCUSSÕES EM PRODUTORAS, PRODUTORES E UNIVERSIDADE.

CARLOS GASSEN NASCIMENTO¹; JOSÉ RICARDO KREUTZ² ANTÔNIO
CRUZ³;

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – carlos8_gn@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – jrkreutz@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – antoniocruz@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Neste texto, apresento uma demarcação da experiência de incubação de uma feira itinerante de Economia Solidária (EcoSol) na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) como bolsista do projeto de extensão “Apoio as feiras de economia solidária da Associação Bem da Terra – comércio justo e solidário”, assim como estudante de psicologia e estagiário na área de promoção e prevenção em saúde no Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL).

A EcoSol é uma forma diferente de consumir e produzir, tanto alimentos e artesanato quanto oferta de serviços, buscando aproximar as pessoas, promovendo a autonomia de quem produz e garantindo uma procedência e qualidade para quem consome, seguindo princípios da autogestão e do comércio justo (SINGER, 2002). Diferente da heterogestão, onde existe uma hierarquia vertical de conhecimento sobre o trabalho e poder sobre a tomada de decisão de uma empresa, o modelo cooperativo autogestionário implica a participação de todas as pessoas associadas ao empreendimento nas decisões tomadas sobre a mesma (SINGER, 2002). A principal ferramenta para construir a autogestão é a assembleia deliberativa: espaço de reunião onde se tomam decisões horizontais, identificando e discutindo pautas de forma participativa e democrática.

O Comércio Justo, um dos pilares da EcoSol, aproxima consumidores e produtores por meio da remoção de intermediários, como transportadoras e grandes redes de supermercados, que encarecem produtos e lucram em cima de trabalhadores(as): por exemplo, do meio rural (CRUZ, 2017). O encontro de pessoas que desejam consumir de forma mais responsável e de trabalhadoras e trabalhadores não mais subordinadas a grandes empresas, propõe uma forma alternativa de comércio e troca: quem produz recebe um preço mais justo, e quem consome conhece a origem dos produtos e aprende sobre os métodos de produção.

Neste caso, são produtoras e produtores rurais e urbanos ocupando um local onde se produz conhecimento, ciência e tecnologia. O espaço é uma feira que sugere uma ética de consumo e um trabalho que promove desenvolvimento humano e emancipação do modelo capitalista convencional, este comumente adoecedor (BAUMAN, 2010). Logo, surge o objetivo da demarcação deste texto: identificar e refletir como esta experiência afeta os(as) protagonistas, seja a universidade ou as pessoas que produzem e participam da feira.

2. METODOLOGIA

As feiras surgem em 2019, por demanda da Associação de Produtores Bem Terra (ABdT), em forma do projeto de extensão de auxílio as feiras. O projeto propõe a implementação e incubação de uma feira de EcoSol, em três *campi* da UFPel: Anglo, Instituto de Ciências Humanas (ICH) e Capão do Leão. A incubação é a metodologia pela qual o TECSOL oferece assessoria e consultoria a Empreendimentos de Economia Solidária (EES) de Pelotas e região. A incubação é realizada por estudantes, professoras(es) e técnicos(as) da UFPel vinculados ao TECSOL e ao projeto.

O processo de incubação consiste em atuar junto à associação nas atividades de planejamento e execução das feiras, bem como com atividades formativas. Tratando-se de uma associação de EES, a autogestão permeia todas as decisões que dizem respeito às feiras, desde datas, horários, divulgação, grupos participantes e aquisição e utilização de recursos materiais, humanos e digitais. O objetivo final do projeto e da incubação é a desincubação das feiras, ou seja, auxiliar no desenvolvimento de autonomia nas atividades da feira. Para realizar esta tarefa, o TECSOL, dispõe de uma equipe interdisciplinar, de áreas como: Psicologia, Economia, Relações Internacionais e Agronomia.

As atividades são realizadas, como diz Cora Coralina, com uma postura horizontal de “Transferir o que sabe e aprender o que ensina”, ou seja, desenvolver conhecimento coletivo e autonomia junto às produtoras e produtores, e não dizer o que fazer. Afinal, a incubadora faz parte das feiras e tem o mesmo objetivo da associação: o sucesso e permanência delas. Na prática, as atividades são: participação nos espaços de assembleia da ABdT; planejamento, junto à associação, de estratégias de divulgação, transporte e execução; facilitação da comunicação entre a Pró-Reitoria de Planejamento e a ABdT; participação nas feiras e nas demandas que surgem durante estas; o registro da experiência de incubação, assim como a produção acadêmica resultante da mesma.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As feiras presenciais são de grande valor para a EcoSol, as várias características da sua implementação, desde o pré-trabalho de organização e transporte, o enfrentamento coletivo de eventuais problemas e situações inesperadas, até a divulgação das feiras e do próprio modelo econômico solidário; são analisadores de como se desenrolam os processos de autogestão do grupo, a percepção de coletividade do grupo e a implicação individual e coletiva com relação às tarefas e demandas propostas pelas tarefas (LOURAU, 2004). Os tipos de produtos oferecidos a cada público em cada espaço, tal quais as interações resultantes dos processos de troca, tanto de produtos como de conhecimentos, são indicadores de como esta forma diferente de consumir e vender afeta a saúde e a vida das pessoas envolvidas (BAREMBLIT, 2002).

Os produtos carregam não só valor nutritivo e monetário, mas todo um método de produção aliado a este ideal de trabalho e vida, tanto quanto uma proposta diferente de modelo econômico e de consumo. Quem compra na feira, além de comprar, por exemplo, alface, consome esta ética, e quem não a conhecia, tem a oportunidade de conhecer.

“Mas não se compra alface na universidade.” É uma frase comum de se ouvir de pessoas que estão vendo ou ouvindo sobre a feira pela primeira vez, o

que se percebe de falas e comportamentos semelhantes no contexto universitário, é que muitas pessoas percebem esta feira itinerante como inadequada. Segundo Bauman (2010), o inadequado é o método, comportamento ou pensamento que vai contra as condições impostas aos indivíduos pelos ambientes aos quais pertencem. O ambiente universitário é considerado um local de produção de ensino, pesquisa e extensão, porém, a extensão que a universidade faz até a comunidade é comumente considerada menos importante, tal qual a feira que vende alface.

Ao mesmo tempo, outras pessoas veem mais do que um produto hortifrutigranjeiro na alface, apostam em uma ética que está entrelaçada a um método de produção e uma proposta de consumo, trabalho e vida diferentes (CRUZ, 2017). Voltando ao *inadequado* de Bauman (2010), tomando instância contra as condições de comércio e produção capitalistas convencionais, o desejo de fazer feiras na UFPel e a concretização deste movimento instituem novas possibilidades para além das iniciais. Agora, o público da universidade, possivelmente alienado e capturado pelo mercado capitalista, tem a possibilidade de consumir e aprender EcoSol. Isto é uma pequena provocação que pode produzir um novo ideal ético de consumo em cada sujeito.

O encontro de produtoras(es) com consumidores(as) é diferente em cada local: No Campus Capão, estudantes do TECSOL que trabalham e estudam agroecologia conversam sobre tecnologias e perguntam sobre produtos. Enquanto isso, pessoas ao redor param para escutar, às vezes tem o ímpeto de conhecer mais, às vezes não, no entanto, expor seus métodos de produção e conhecimentos neste ambiente é um momento de realização para as produtoras e produtores. Já no ICH, a feira inicialmente não vendia tão bem, mas as(os) estudantes das áreas sociais, humanas e das artes, demonstraram grande interesse pelo contexto da feira: “Quem são vocês? De onde vem? O que fazem? Que produto é este?” Estas são as perguntas que toda trabalhadora ou trabalhador da EcoSol quer ouvir!

De acordo com Dejours (2012), é apenas na prática do trabalho e nas situações inéditas que demandam soluções criativas que a pessoa aprende sobre o seu trabalho e pode avaliar o quão bem o executa. Não há estudo, teste ou oficina que possa avaliar aptidão ou preparar, de forma definitiva, uma pessoa para um trabalho. O mesmo se aplica no modo de trabalhar autogestionário e na transição de trabalho individualista e comumente subordinado, para o cooperativo.

Ao longo da experiência, várias intervenções e diálogos, tanto em grupo como individuais, reduziram gradualmente demandas que isentam de responsabilidade um(a) produtor(a) associado(a), e, ao mesmo tempo, depositam toda esta responsabilidade em uma pessoa considerada superior na hierarquia de poder e/ou conhecimento, seja uma coordenadora da associação, um professor ou um bolsista. Aos poucos, estas demandas verticais se tornaram mais horizontais e recheadas de propostas, como: “Vai chover? A gente podia fazer a feira do lado de dentro.” “Tá escuro, que tal a gente falar com o guardinha da unidade pra usar uma tomada?” “Os gazebos estão ruins, como conseguir um projeto de aquisição de materiais?”.

Um dos processos mais valiosos da experiência até agora foi a criação de um fundo solidário entre os produtores rurais, o fundo surgiu de um problema comum entre pequenos agricultores e/ou moradores do meio rural: o transporte para os espaços de comércio na cidade. Tendo em vista o período de até dois anos de suporte da UFPel, assim como os recentes cortes orçamentários sofridos

pelas instituições federais de educação, a associação criou um fundo solidário para adquirir e manter uma logística de transporte, tanto para as feiras da UFPEL, quanto para outros eventos na cidade.

4. CONCLUSÕES

É no espaço da feira e durante os diálogos “cara a cara” que a EcoSol se propaga da forma mais efetiva. Sendo uma proposta de aproximação entre pessoas no contexto de trabalho e consumo, as estratégias de divulgação acabam por triunfar quando pessoas interagem de perto, usando atravessadores midiáticos apenas como um chamado para se aproximar e conhecer mais.

Tal qual é nas conversas e encontros que os produtores e produtoras se empoderam como coletivo e como indivíduos que detêm um grande saber sobre sua atuação. É através deste empoderamento que se posicionam como resistência cooperativa dentro de uma sociedade competitiva e individualista, essa resistência que surge dentro do “mundo do trabalho” é o que Dejours (2012) chama de indicador de saúde no trabalho.

Da mesma forma, os processos de autogestão se desenvolvem ao longo das feiras, o coletivo demonstra cada vez mais autonomia com relação às decisões que precisam ser tomadas e a forma como são tomadas. No que diz respeito às feiras, a coordenação da ABdT não é quem resolve problemas e acolhe as demandas, é o grupo inteiro que faz a feira que se junta e discute propostas, como o fundo solidário. A tendência é que esta coletividade continue se desenvolvendo e possa se espalhar em todos os espaços da associação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. **Capitalismo Parasitário e Outros Temas Contemporâneos**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010. 96 p.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**, 5ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002 (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2).

CRUZ, A. **Circuitos locais de comércio justo**: produção, distribuição e consumo articulados solidariamente em organizações territoriais – Brasil e Argentina. Anais da VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária. Manaus, CIRIEC-Brasil, 2017.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo. Tomo 1, Sexualidade e Trabalho**. Tradução Franck Soudant. Distrito Federal: Editora Paralelo 15, 2012. 216 p.

LORAU, R. **Analista Institucional em Tempo Integral**. Editora Hucitec, 2004. 287 p.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002. 127 p.

ECAPE JR - UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

TAINARA VAZ DE MELO¹; JOSIELE BOTELHO RODRIGUES²; ELIANA APARECIDA CADONÁ³; NATHALIA VIEIRA RIBEIRO⁴; TAÍS TEIXEIRA DA ROSA⁵
PABLO MIGUEL⁶

¹UFPEL- Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel" 1 – tinaravaz@hotmail.com

²UFPEL- Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel" – josiele.botelho@gmail.com

³UFPEL- Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel" – cadona.eliana@gmail.com

⁴FURG-Universidade Federal do Rio Grande – ribeirovnathalia09@gmail.com

⁵UFPEL- Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel" – taisteixeira1408@gmail.com

⁶UFPEL- Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel" – pablo.ufsm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A formação universitária é representada por três pilares fundamentais: ensino, pesquisa e extensão que, por sua vez, sustentam o conceito e as ações das universidades, onde o fruto experimental prático disponível ao aluno pode ser associado pelas suas ações mediante a realidade local. Em decorrência disso, a experiência da prática profissional, como os estágios e atividades extracurriculares teórica/prática, encaminham os alunos para uma melhor qualificação.

As atividades de extensão universitária atuam no alinhamento deste, tendo o intuito de ampliar a formação para além da profissionalização, para que se transforme num horizonte mais amplo de estudo, produção e socialização de conhecimentos (SANTOS, 2010). Sendo assim, a Empresa Júnior de Consultoria Agronomia e Planejamento Estratégico -ECAPE JR, torna-se um aparato institucional precursor de formação, pois alinha-se nesse contexto, oferecendo aos alunos a possibilidade de ocuparem funções organizacionais semelhantes às que se dedicarão no futuro profissional em empresas de consultoria, bem como a troca de conhecimentos com o público alvo das empresas extensionistas, ao prestam serviços de extensão.

A ECAPE JR, foi fundada em 14 de Novembro de 2014 por alunos do curso de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas, tendo como objetivo contribuir na formação pessoal e profissional do aluno por meio da valorização do curso através de métodos como; treinamento em ambiente empresarial, visando situações inerentes a uma empresa; trabalho em grupo e práticas oratórias, que geraram reconhecimento no mercado de trabalho. Sendo assim, o presente trabalho possui o objetivo de descrição das ações extensionistas que estão sendo realizadas pela ECAPE JR, através dos projetos realizados e entregues aos produtores rurais da região Sul do Rio Grande do Sul, fortalecendo a ação do aprendizado dos membros que construíram os planos e sustentando os pilares da educação.

2. METODOLOGIA

A ECAPE JR é estruturada a partir da organização dos alunos dos cursos de Agronomia e Zootecnia, onde é definido para cada setor de atividades um diretor, seus consultores e auxiliares. Atualmente, a empresa encontra-se dividida em diretoria da presidência, marketing, projetos, administrativo financeiro e recursos

humanos, onde todos os membros executam projetos, além da sua função específica dentro da empresa.

Recentemente, a empresa atua em parceria com o Departamento de Solos da UFPEL, localizado no campus Capão do Leão, na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e, através desta atuação, a empresa presta seu principal serviço: a coleta e interpretação do solo nas propriedades para elaboração de projetos de uso e manejo do solo. Entretanto, a empresa desenvolve projetos em várias atividades da agricultura, entre estas destacam-se atividades como a elaboração de um projeto que se realiza mediante a procura do agricultor interessado que dispõe de um problema em sua produção, ou procura métodos de viabilizar a mesma com técnicas viáveis.

Por conseguinte, esta demanda é analisada e, a partir disso, é realizada uma visita ao produtor para uma visualização do trabalho a ser desenvolvido. Após os levantamentos de dados das características da propriedade e das análises de solo, pode ser sugerido a inserção de culturas agrícolas nas áreas de produção e, após esses procedimentos, para o projeto é determinado um prazo de entrega e ao longo deste, uma equipe atua na execução da pesquisa, organização e estruturação do resultado que é disponibilizado fisicamente ao contratante do serviço.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos já realizados pela ECAPE JR abrangem uma gama de conhecimentos dentro da instituição de ensino, ao passo em que estes se constituem em teóricos e práticos, através da experienciarão dentro da empresa, formando assim, um agregado de novos conhecimentos, tornando a ação da extensão um primórdio para o campo profissional, favorecendo o estímulo da curiosidade entre os discentes, ampliando por consequência, a possibilidade de escolhas múltiplas de caminhos a serem seguidos. Presentemente, a empresa atua com participação dos membros na construção de cada projeto, sendo definido conforme a demanda dos mesmos. Os grupos de trabalho são divididos conforme o avanço na grade curricular, onde o membro que se encontra mais próximo da finalização do curso de agronomia e/ou zootecnia, auxilia colegas que ainda não cursaram semestres mais adiantados, tornando assim, o processo construtivo para o desenvolvimento através das bases que a universidade pública disponibiliza.

Entre os trabalhos já realizados pela empresa, pode-se destacar o manejo e conservação do solo através da coleta e recomendação de calagem e adubação, estes que caracterizam-se pela viabilidade e implantação de noz pecã, apicultura, produção de mirtilo em sistema orgânico, produção de plantas ornamentais e aromáticas, projeto de implantação e instalação de uma fábrica de ração, produção de aves, produção de mudas em sistema *float*, sistema de irrigação para hortaliças, horta vertical e designação de resíduos vegetais para compostagem.

Juntamente as atividades acima descritas, a empresa não se limita somente a entrega de projetos, mas também a inserção do membro em atividades acadêmicas, bem como a organização de eventos, como o já consolidado *Ciclo de Palestra da ECAPE JR* disponibilizado para os discentes dos cursos de Agronomia. A participação na organização de dias de campo com os professores do curso de Agronomia, além de palestras com parceiros da ECAPE JR, em especial, com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER em eventos que já se realizaram no município de Canguçu-RS.

Atualmente, as atividades de qualificação profissional ocorrem dentro da empresa e são estruturadas através de qualificações de temas que os membros solicitam e, esta procura conta com a colaboração dos departamentos e professores da UFPEL, aos quais disponibilizam pequenos treinamentos aos membros da empresa.

Portanto estas ações respaldam uma qualidade no atendimento ao público alvo, que é a organização e realização de tarefas extracurriculares, contribuindo não somente no aprendizado, mas no direcionamento do discente para sua vida profissional. Isto o torna um membro mais próximo da sociedade, viabilizando uma atuação como elemento acadêmico, dispondo de alternativas para levar retorno regional, promovendo a interação da prática e ensino, além de direcionar e preparar o profissional para atuar no mercado de trabalho.

4. CONCLUSÕES

A Empresa Júnior tem sua contribuição justamente por operar num aprendizado que mobiliza o aluno em sua aplicação com a realidade, como o grande autor de sua trajetória profissional, através da proposição da construção de uma atividade voluntária, desenvolvida a partir dos conhecimentos e interesses acadêmicos, o mesmo se propõe a unir as três ações da Universidade, reestabelecendo uma cooperação mútua e estruturando a ação da prática como forma de preparar o discente para sua ação profissional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Marcos. Pereira dos. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. Conexão UEPG, Ponta Grossa, v. 6, p. 10 - 15, 2010.

Macedo Ziliotto, Denise., Berti, Ariete Regina., A APRENDIZAGEM DO ALUNO INSERIDO EM EMPRESA JÚNIOR. Revista Conexão UEPG [en linea]. 2012, 8(2), 210-217[fecha de Consulta 12 de Setembro de 2019]. ISSN: 1808-6578. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151728007>

PROGRAMA DE INCENTIVO À DISSEMINAÇÃO DA ERGONOMIA E SEGURANÇA NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

JOSÉ JONÁTAS DA SILVA HOLANDA¹; MARIANA DA SILVA LEANDRO²; JOICE
PRISCILA SILVEIRA DIAS³; ISABELA FERNANDES ANDRADE⁴;
LUIS ANTONIO DOS SANTOS FRANZ⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – jonatassilvaholanda@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – marianaleandro.ep@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – joice.priscila.dias@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - acessiarq@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – luisfranz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta partes dos resultados alcançados do projeto de extensão “Programa de incentivo à disseminação da Ergonomia e Segurança em empresas da Região Sul do Rio Grande do Sul”, no ano de 2019, com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura. Tem-se observado, nos últimos anos, uma grande procura da comunidade externa por apoio na solução de desafios em seus processos no que se refere a Ergonomia e Segurança. Ao mesmo tempo, enquanto se percebe uma carência de especialistas na região, sobretudo na área de Ergonomia. Não obstante, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em seu Centro de Engenharias (CEng), possui o Laboratório de Segurança e Ergonomia (LABSERG), no qual a Ergonomia e Segurança são amplamente trabalhadas nos eixos de ensino, pesquisa e extensão.

O LABSERG, que também está vinculado ao curso de Engenharia de Produção da UFPEL, dispõe de equipamentos, espaço físico e pesquisadores que o capacitam na prestação de serviços em determinadas áreas da Engenharia de Produção, destacando-se os serviços de avaliação das condições de trabalho no âmbito da Ergonomia e dos riscos laborais, verificação das adequação dos espaços físicos para ocupação humana e avaliação das condições ambientais ao trabalho, o que qualifica tal laboratório como um dos poucos da região habilitado a realizar determinados procedimentos técnicos. Concomitante a isso, os professores atuantes destacam-se por atuarem em projetos de pesquisa e extensão, no âmbito da UFPEL e em parceria com outras instituições, nas áreas de Ergonomia e Segurança no Trabalho, propiciando assim a capacidade técnica do pessoal envolvido no desenvolvimento deste programa de extensão.

Dentre as diversas ações proposta pelo programa, destacam-se aquelas voltadas à prestação de serviços à comunidade, na forma de apoio técnico para o desenvolvimento de novos produtos, melhoria de processos e das condições de trabalho, bem como na qualificação das empresas da região.

Este resumo tem como objetivo principal relatar algumas das principais experiências extensionistas dos alunos e professores participantes do Programa de incentivo à disseminação da Ergonomia e Segurança em empresas da Região Sul do Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma abordagem descritiva, onde são relatadas as principais ações extensionistas que vem sendo desenvolvidas pelo LABSERG junto à comunidade local.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as principais experiências que cabe serem relatadas no presente documento, pode citar-se três frentes de ação, sendo elas a realização de eventos para comunidade local com foco na temática do programa, a disseminação de conteúdos junto a empresas locais e ações práticas diretamente nas empresas locais.

No tocante ao caso dos eventos, é possível citar como exemplo o evento “O Mundo do Trabalho no Brasil: Momento Atual e Possíveis Rumo”, que ocorreu em 28 de junho de 2019. Nele, durante duas horas houve a realização de palestras onde foi discutido o papel histórico do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e suas contribuições sociais, além das transformações em termos de estrutura do antigo MTE na transição para o atual governo e após seu início. Discutiu-se também quanto a importância das normas regulamentadoras e as possíveis consequências do que está previsto em termos de mudanças sobre elas. Além disso, também se falou sobre quais as implicações decorrentes da forma como ficaram distribuídas as estruturas e competências do antigo MTE no atual governo e sobre os possíveis efeitos da sinergia entre a extinção do MTE, Reforma Trabalhista e Reforma na Previdência. Na Figura 1, apresentam-se alguns registros de imagens do evento.

Figura 1 - Evento “O Mundo do Trabalho no Brasil: Momento Atual e Possíveis Rumo”



Fonte: Autores, 2019

Em outro exemplo, é possível citar um caso onde ocorreu a disseminação de conteúdos junto a empresas locais. Logo ao início do segundo semestre letivo, no dia 13 de agosto de 2019, o LABSERG esteve presente na Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT) e da Semana de Qualidade de Vida no Trabalho organizada pela Embrapa Clima Temperado (Pelotas, RS). Neste evento foi realizada uma exposição de parte dos recursos físicos do LABSERG, dedicados à avaliação ambiental. Ainda pela manhã o professor Luis Antonio Franz, coordenador do LABSERG, realizou a palestra “Entendendo a Ergonomia na Prática”. Concomitante a isso, e durante todo o dia, os alunos vinculados ao LABSERG mantiveram a apresentação de equipamentos de avaliação ambiental típicos, usados para fins de avaliações ambientais em Ergonomia e Segurança. As imagens na Figura 2 apresentam uma amostra das ações realizadas durante o referido evento.

Figura 2 - Exposição do Labserg na SIPAT da Embrapa Clima Temperado, de Pelotas



Fonte: Autores, 2019

Para além das ações anteriores, é possível citar as ações práticas diretamente nas empresas locais. Estas ações ocorrem diretamente nas instalações das empresas e, eventualmente, são complementadas por atividades nas dependências do LABSERG. De um modo geral, estas ações envolvem primeiramente a prospecção de oportunidades de melhoria em termos de Engenharia do Trabalho. Após isso, segue-se a análise aprofundada de tais demandas, as quais resultando em relatórios e orientações práticas para a implementação de melhorias. Na Figura 3 apresenta-se alguns fragmentos de imagens de extraídos de atividades realizadas em empresas da região.

Figura 3 - Atividades realizadas em empresas da região.



Fonte: Autores, 2019.

Para além dos registros apresentados acima, a equipe deste programa mantém continuamente a atualização de um portfólio virtual dos resultados obtidos não só de extensão, mas também de pesquisa e ensino. Para consultar o conteúdo, o usuário

deve acessar website institucional do LABSERG, disponível no sítio <http://wp.ufpel.edu.br/labsERG/>.

4. CONCLUSÕES

Com a implementação das ações do presente projeto, constatou-se que o objetivo principal do programa vem sendo gradualmente alcançado, onde os trabalhos realizados pelos extensionistas tem sido de propiciado não só ganhos à comunidade interna da universidade, através da vivência em ambientes externos à instituição, quanto para a comunidade local, que aos poucos absorve os conteúdos e benefícios do conceitos desenvolvimentos no ambiente acadêmico.

Conclui-se ainda que são necessários esforços contínuos para continuar a promover e manter as ações extensionistas, com o objetivo de integrar de forma gradual e crescente o ambiente acadêmico à comunidade, através da prestação de serviço e difusão do conhecimento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UFPEL. **Evento “O Mundo do Trabalho no Brasil” – Relatório final e registro de imagens.** Portal Institucional, Pelotas, 01 jul. 2019. Acessado em 05 ago. 2019. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/labsERG/evento-o-mundo-do-trabalho-no-brasil-relatorio-final-e-registro-de-imagens/>.

e

UFPEL. **Presença do LabsERG na SIPAT da Embrapa Clima Temperado – Pelotas.** Portal Institucional, Pelotas, 22 ago. 2019. Acessado em 05 ago. 2019. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/labsERG/presenca-do-labsERG-na-sipat-da-embrapa-clima-temperado-pelotas/>.

UFPEL. **Programa de Incentivo à disseminação da ergonomia e seguranças em empresas da região Sul do Rio Grande do Sul.** Portal Institucional, Pelotas, 31 ago. 2019. Especiais. Acessado em 25 ago. 2019. Online. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u979>.

MONITORAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO E POLÍTICAS DE APOIO À INSERÇÃO DOS JOVENS: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DA AÇÃO EXTENSIONISTA

RAFAELLA EGUES DA ROSA¹; FRANCISCO EDUARDO BECKENKAMP
VARGAS²

¹Universidade Federal de Pelotas– rafaegues@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas– franciscoebvargas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as ações de monitoramento do mercado de trabalho de Pelotas realizadas pelo Observatório Social do Trabalho (OST), projeto de extensão ligado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) e ao Curso de Ciências Sociais, focalizando-se na interação estabelecida com os gestores locais de políticas públicas de emprego e, particularmente, em ação de apoio à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Institucionalizado em 2013, o Observatório Social do Trabalho tem como um dos seus principais objetivos o monitoramento das transformações do mercado de trabalho da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Parte-se do pressuposto de que o trabalho e o emprego são atividades sociais fundamentais no processo de integração social dos trabalhadores e na construção da cidadania (CASTEL, 2000). No entanto, as transformações recentes no mundo do trabalho colocam em xeque essa função social, produzindo situações crescentes de precariedade, exclusão e desigualdades sociais. O monitoramento dos indicadores de mercado de trabalho, portanto, permite a elaboração de diagnósticos e análises dos problemas de funcionamento do mercado de trabalho e das situações de risco e vulnerabilidade deles decorrentes.

O foco sobre a inserção dos jovens, proposto nesta pesquisa, deve-se à atenção especial dos gestores de políticas públicas a essa parcela da população trabalhadora particularmente afetada por situações de precariedade no mercado de trabalho. Os mercados de trabalho são espaços sociais constituídos por complexas relações e hierarquizações sociais, produzindo e reproduzindo desigualdades de diferentes tipos: de gênero, classe, raça, geração e sexualidade. Portanto, considerando-se, neste caso, as desigualdades geracionais, procura-se analisar o processo de inserção dos jovens no mundo do trabalho a fim de identificar suas características específicas e dificuldades, contribuindo, assim, para a elaboração de políticas adequadas no tratamento dessa importante questão social.

Nesse sentido, destaca-se o interesse dos gestores locais por realizar ações específicas com os jovens, o que se traduziu, por exemplo, no evento promovido pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)¹ em 27 agências do Estado do Rio Grande do Sul. A “Ação Jovem”, como foi chamada, tinha por objetivo auxiliar a inserção dos jovens entre 14 e 29 anos no mercado de trabalho e contava com atividades de confecção da carteira de trabalho, cadastro no Sistema de Intermediação de Mão-de-Obra, encaminhamento para vagas de estágio/empregos e palestras com apoio de outras instituições. Na agência SINE de Pelotas, o evento teve a participação do Observatório Social do Trabalho, que

¹ Fundação pública ligada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul que gerencia e executa as políticas públicas na área de trabalho, emprego e renda, particularmente aquelas realizadas pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE).

realizou um encontro com os jovens, uma dinâmica reflexiva a respeito da cidadania e dos sentidos do trabalho.

Entendendo a importância da execução de ações focalizadas com essa população, propõe-se, neste trabalho, apresentar e avaliar a realização dessa ação e do monitoramento específico da situação dos jovens no mercado de trabalho de Pelotas.

2. METODOLOGIA

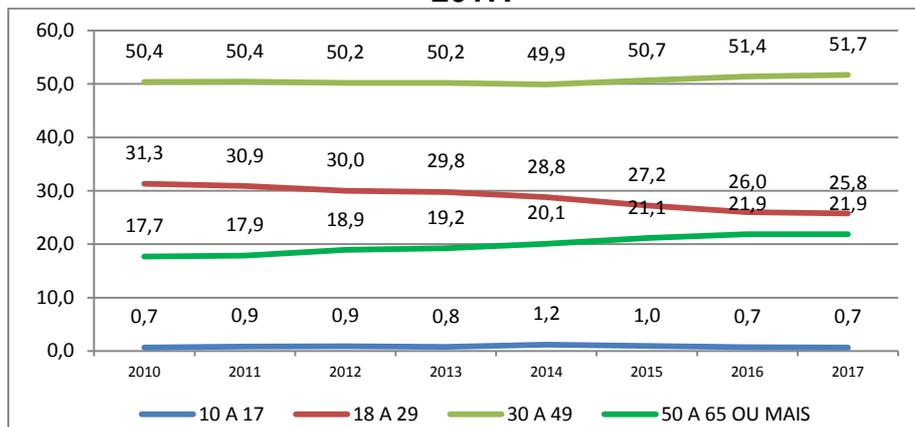
A fim de realizar esse balanço, apresenta-se, inicialmente, alguns dados estatísticos sobre a situação dos jovens no emprego formal em Pelotas. Utiliza-se duas bases de dados principais, de natureza administrativa, disponibilizadas pela Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A RAIS disponibiliza dados anuais e compreende o estoque total de vínculos empregatícios formais (regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e pelo estatuto dos servidores públicos). Já o CAGED reúne dados de movimentação mensal de vínculos empregatícios (apenas regidos pela CLT). A partir da RAIS, serão analisados os dados de evolução da participação no emprego formal segundo a faixa etária, no período de 2010 a 2017. A partir do CAGED, pretende-se apresentar os dados movimentação do emprego (admissões, desligamentos, saldo) segundo a faixa etária, além de dados sobre remuneração. Em termos estatísticos, considera-se jovens, os trabalhadores das faixas etárias até 29 anos de idade.

Além disso, será feita a caracterização da Ação Jovem, sobretudo da atividade proposta pelo OST nesse evento organizado pela FGTAS/SINE de Pelotas, no dia 14 de agosto deste ano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os dados do Gráfico 1, entre 2010 a 2017, a participação dos jovens de 18 a 29 anos de idade caiu de 31,3%, em 2010, para 25,8%, em 2017. Isto é, houve uma queda de participação que se acentuou no período de crise econômica (2015-2016). A participação da faixa etária até 17 anos manteve-se praticamente estável, em torno de 0,7%, com pequeno crescimento até 2014 e queda desde então.

Gráfico 1 - Evolução da Participação das Faixas Etárias no Estoque de Empregos Formais em 31/12, Pelotas-RS, 2010 a 2017.



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, RAIS.

Já os dados do CAGED, que permitem o acompanhamento da conjuntura mais recente de movimentação do emprego, apontam que, entre os jovens de 18 a 29 anos, em 2018, houveram 11.388 admissões e 10.139 desligamentos, resultando em um saldo de +1.249 vínculos, num total de 21.527 movimentações. A categoria de jovens foi a mais movimentada no período, representando 44,8% do total dos 73.802 vínculos movimentados em Pelotas naquele ano, superando a movimentação ocorrida na faixa etária entre 30 a 39 anos (que foi de 43,4%). No ano de 2018, o saldo total positivo de +613 vínculos em Pelotas decorreu do bom desempenho dessa categoria de jovens, inclusive dos menores na faixa etária até 17 anos (+488 vínculos). As faixas etárias acima de 30 anos de idade apresentaram, todas elas, saldos negativos.

Analisando-se os rendimentos médios dos vínculos movimentados por faixa etária, ainda segundo o CAGED, verifica-se que as remunerações entre os mais jovens são as mais baixas. O rendimento médio da faixa etária até 17 anos, de R\$ 727,25, representa apenas 51,7% do rendimento médio total, de R\$ 1.407,53. Na faixa de 18 a 24 anos de idade, o rendimento corresponde a somente 88% do rendimento médio total, enquanto na categoria de 25 a 29 anos de idade o rendimento médio equivale a 99,8% do rendimento médio total.

Esse conjunto de dados ilustra aspectos importantes da realidade dos jovens no mercado de trabalho formal de Pelotas. Eles têm uma participação significativa no emprego celetista, que vem declinando, mas que aumentou novamente em 2018. Se, por um lado, esse dado mais recente é positivo e revela uma maior integração dos jovens no emprego, por outro, pode ser um sintoma de substituição dos mais velhos pelos mais jovens devido ao menor custo dessa categoria para os empregadores, já que possuem médias salariais mais baixas, como constatamos acima. Ao mesmo tempo, os dados do CAGED de 2018 revelam que o volume de movimentação dos jovens é muito alto, o que mostra a proximidade dessa categoria às situações de rotatividade e instabilidade do emprego. A participação dos jovens no volume de movimentações (44,8%, segundo CAGED de 2018) é superior à participação dos mesmos no estoque total de empregos (de 25,8%, segundo a RAIS de 2017). Os jovens de Pelotas estão de fato muito próximos a situações de precariedade no mercado de trabalho.

Em relação à ação desenvolvida junto aos jovens pela FGTAS/SINE, vale registrar que diferentes políticas públicas, principalmente a partir do início dos anos 2000, foram elaboradas e executadas no intuito de apoiar os jovens nos mais diferentes âmbitos da sociedade e permitir o acesso a direitos. No Rio Grande do Sul, a Lei Estadual nº14.723, de 2015, instituiu a Semana Estadual da Juventude e foi justamente durante este período que ocorreu a Ação Jovem nas agências FGTAS/SINE do Estado. O evento realizado em Pelotas teve amplo êxito no encaminhamento de jovens para vagas de estágios, um tipo de vínculo importante para integrá-los no trabalho, mas de caráter temporário e sujeito a forte instabilidade.

A atividade promovida pelo Observatório Social do Trabalho, marcada para as 14 horas, ocorreu no refluxo da procura à agência SINE pelos jovens, contando com a presença de apenas seis jovens, um deles acompanhado pela mãe. Assim, em termos de abrangência, a dinâmica teve pouco impacto. Porém, qualitativamente, foi muito positiva, já que criou um importante espaço de reflexão para os jovens presentes sobre os diferentes sentidos que o trabalho pode ter. Com o auxílio de recurso audiovisual, foram projetadas imagens que permitiam apresentar informações e estimular os jovens a refletirem sobre o mundo do trabalho. Buscou-se trabalhar alguns temas: autonomia/subordinação e

prazer/sofrimento no trabalho, além de abordar questões relativas às expectativas e projetos pessoais desses jovens, bem como questões sobre direitos e obrigações. Todos os jovens presentes possuíam menos de 18 anos de idade e estavam ainda cursando o ensino básico. Duas jovens já haviam tido experiência de trabalho sem carteira assinada, como garçonne e como caixa de supermercado. De uma maneira geral, esses jovens consideram o trabalho como sinônimo de liberdade, autonomia, sobretudo financeira. Os jovens possuíam expectativa de trabalhar o quanto antes, mas também destacaram a vontade de ingressar no ensino superior, de aspirar uma melhor formação profissional.

A interação com os jovens evidenciou a importância de eventos e diálogos semelhantes, notando-se desconhecimento dos mesmos em relação ao acesso a direitos, às situações de formalidade/informalidade no emprego. Tal constatação aponta a necessidade de formulação de novas ações em que os jovens sejam protagonistas e reflitam sobre estas e outras dimensões básicas de sua cidadania e características do mundo do trabalho. Além disso, a pretensão dos jovens de dar seguimento aos estudos depois do ensino médio e se qualificarem para o mercado de trabalho também configura uma realidade contemporânea específica que precisa ser incorporada nas políticas públicas de juventude e trabalho, tendo em vista que, se por um lado, a qualificação é cada vez mais exigida, por outro, muitos jovens no Brasil não conseguem atuar na área de suas formações e recorrem a empregos de menor qualificação.

4. CONCLUSÕES

O monitoramento do mercado de trabalho apresenta-se como atividade de fundamental importância para conhecer o processo de inserção ocupacional dos jovens e subsidiar a formulação de políticas públicas e ações visando tratar os problemas identificados. Salienta-se que um dos principais problemas enfrentados no monitoramento quantitativo é a falta de dados mais abrangentes sobre mercado de trabalho que permitam uma compreensão mais ampla das mudanças que vem ocorrendo nos mercados locais, principalmente informações sobre informalidade e desemprego (indisponíveis nas bases de dados existentes).

Quanto à participação do Observatório Social do Trabalho no evento Ação Jovem, revelou-se igualmente importante, ainda que incipiente, evidenciando-se a necessidade de realizar ações com planejamento mais abrangente no que diz respeito à coleta de informações, à análise dos dados e ao diálogo entre as instituições envolvidas. Trata-se de um potencial foco de ações extensionistas por parte da universidade, centrada no diálogo e colaboração entre os atores envolvidos, principalmente instituições públicas. Nesse sentido, além de estreitar os laços e parcerias com uma instituição tão relevante no mundo do trabalho como o SINE, o conhecimento acadêmico pode propiciar o diálogo social com a população em geral, com os próprios jovens, como neste caso, auxiliando-os no enfrentamento dos dilemas referentes à sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. In: Belfiore-wanderley, M. et al. (Org.), *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, EDUC, 2000.

A IMPORTÂNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DA BIOTECNOLOGIA PARA A INSERÇÃO DO BIOTECNOLOGISTA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: ETAPA II

ANTÔNIO DUARTE PAGANO¹; AMANDA DA SILVA HECKTEUER²; DIEGO
SERRASOL DO AMARAL; PRISCILA MARQUES MOURA DE LEON.

⁴*Biotecnologia – CDTec – UFPEL – antonioduartepagano@gmail.com*

²*Biotecnologia – CDTec – UFPEL – amandasheck@hotmail.com*

²*Biotecnologia – CDTec – UFPEL – diegos.amaral@outlook.com*

³*Biotecnologia – CDTec – UFPEL – primleon@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Biotecnologia significa toda tecnologia que se utilize de sistemas biológicos, organismos vivos, ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para aplicação específica (ONU, 1992). Nesta definição se encaixam um conjunto de técnicas científicas que o homem desenvolve há milhares de anos, desde os primórdios com a produção de alimentos fermentados - como cervejas, pães e vinhos – até a biotecnologia moderna, com a tecnologia do DNA recombinante, engenharia genética e a edição genômica. Desde o início da biotecnologia moderna, com a síntese química do DNA (KORNBEK, 1967), é crescente a demanda de profissionais capacitados e competentes, na comunidade científica, para a realização de processos biotecnológicos.

A Biotecnologia promete ser uma das ciências mais influentes e sólidas e apresenta um crescimento constante no cenário científico mundial, encaixando-se como uma área multidisciplinar que envolve os mais diversos campos do conhecimento. No Brasil, mesmo com o incessante desenvolvimento das ciências biotecnológicas e destaque da Biotecnologia na produção científica, a profissão de biotecnologista ainda não é regulamentada. Isto se dá pelo desconhecimento dos órgãos públicos de educação no que concerne a Biotecnologia e o seu potencial empreendedor e econômico. Somado a isto, o desconhecimento da sociedade em relação à Biotecnologia e, principalmente, o desinteresse da comunidade acadêmica frente a regulamentação da área são fatores que contribuem para o fato da Biotecnologia ainda não ser regulamentada no Brasil. Para amenizar este problema, tramita no senado, de forma branda, o PL 3747/2015 de autoria do Deputado Danilo Forte (PSB/CE) que regulamenta a profissão de biotecnologista e cria os Conselhos Regionais e Federais de Biotecnologia. Com base nisso, o projeto unificado “A importância da regulamentação da Biotecnologia para a inserção do biotecnologista no mercado de trabalho brasileiro” visa a discutir, conscientizar e informar acima desta

temática, além de difundir, no meio acadêmico e social, o conhecimento proveniente dos avanços da Biotecnologia. O presente trabalho trata da segunda etapa de atividades do projeto, que teve por objetivo instruir a comunidade de jovens em idade escolar, ainda leiga a respeito da Biotecnologia, sobre a importância desta ciência, o impacto de seus avanços e o campo de atuação do profissional biotecnologista.

2. METODOLOGIA

“A importância da regulamentação da Biotecnologia para a inserção do biotecnologista no mercado de trabalho brasileiro” é um projeto que surgiu frente o fato da Biotecnologia ainda não ser uma profissão regulamentada, interferindo diretamente nas relações profissionais de biotecnologistas em todo o Brasil. O projeto integra alunos e professores do curso de Biotecnologia da UFPel e está devidamente cadastrado como um projeto unificado, atingindo tanto a esfera de ensino quanto de extensão.

Anteriormente, na primeira etapa do projeto foram realizados: 1) o levantamento de dados sobre o conhecimento da comunidade leiga acerca da Biotecnologia por meio de uma breve entrevista; 2) a criação de um portal para divulgação do tema; 3) visitas à escolas para realização de palestras informativas para alunos de ensino médio; 4) visitas de escolas de ensino médio ao Núcleo de Biotecnologia do CDTec da UFPel, onde foram realizadas aulas práticas sobre técnicas moleculares utilizadas como rotina em um laboratório de biotecnologia.

Na segunda etapa do projeto foi efetivada a participação em evento e feiras abertos a comunidade. Um dos métodos de convencimento da segunda etapa de atividades do projeto foi a participação no estande da UFPel na 27ª Fenadoce, evento este que atinge uma fatia significativa da comunidade local como público-alvo. Tivemos uma conversa informal sobre ciência e foram entregues *folders* de cunho informativo. Além disso, debatemos sobre Biotecnologia e o projeto em uma entrevista à Rádio Universidade - Rádio Federal FM 107.9 UFPel.

Somado a isto, participamos da “II Mostra das Profissões” promovida pela escola SESI Eraldo Giacobbe, onde apresentamos o curso aos participantes, em sua maioria alunos de ensino médio e professores das escolas. Além da conversa com estes, realizamos atividades práticas de microscopia, eletroforese, PCR e outras técnicas que competem a um profissional em Biotecnologia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gerando debates e discussões acima desta temática, mas também com caráter informativo, o trabalho desenvolvido pelo projeto conscientiza a comunidade acadêmica – assim como as autoridades públicas e leigos – a respeito da necessidade da regulamentação da Biotecnologia, difundindo ciência de forma acessível e igualitária.

A participação na 27ª Fenadoce (Figura 1) possibilitou um contato direto com a comunidade geral, aumentando ainda mais a esfera de alcance do projeto, já que a maioria das pessoas não conhecia a Biotecnologia. Tendo em vista que, sustentamos a ideia de que a Biotecnologia ainda não é regulamentada por que as pessoas não a conhecem, ações de caráter informativo, tais como esta, fortalecem a luta dos profissionais pela regulamentação, já que a população nunca apoiaria a causa de uma ciência até então desconhecida. Em contrapartida, se percebe que a comunidade conhece as técnicas e sabe da importância destas para o desenvolvimento e bem estar da comunidade, porém não tem o conhecimento de que estas são do âmbito do biotecnologista.



Figura 1. Participação do projeto “A importância da regulamentação da Biotecnologia para a inserção do biotecnologista no mercado de trabalho brasileiro” no estande da UFPEl, na 27ª Fenadoce.

Na II Mostra das Profissões, realizada na escola SESI Eraldo Giacobbe, tivemos uma conversa com alunos de ensino médio sobre ciência, educação e biotecnologia, além da realização de atividades práticas. A participação do projeto (Figura 2) despertou o interesse dos alunos pela área de Biotecnologia. A realização de atividades práticas possibilitou a visualização concreta das aplicações da biotecnologia.



Figura 2. Registros da participação do projeto “A importância da regulamentação da Biotecnologia para a inserção do biotecnologista no mercado de trabalho brasileiro” na II Mostra das Profissões realizada na Escola SESI.

4. CONCLUSÕES

Dado o exposto, as ações realizadas fortalecem a esfera de atuação do projeto, fazendo com que mais pessoas conheçam e se interessem pela Biotecnologia. Ciência esta que é única, concreta e promissora e possui um campo de trabalho, competências e formação acadêmica distinta de áreas afins. A regulamentação da Biotecnologia promoveria a devida inserção e valorização do profissional no mercado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- VICTORINO, V.I.P. A Revolução da Biotecnologia. **Tempo Social**. USP, São Paulo, v.12, p. 129-145, 2000.
- FREIRE, C.T. Biotecnologia em Saúde Humana no Brasil. **Dossiê Desenvolvimento e Inovação**. São Paulo, v.3, p. 69-83, 2014.
- FELIPE, M.C. Desafios na área de Biotecnologia. **Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação no Brasil**. UNB, Brasília, v.8, p. 11-14, 2007.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei 3747/2015**. Brasília, 2015. Acessado em 29 de agosto de 2018. Online. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2056>

MONITORAMENTO METEOROLÓGICO DA METADE SUL DO RS: ANO 3

LUIZ GABRIEL CASSOL MACHADO¹; FERNANDO RAFAEL BATISTA RIBEIRO JUNIOR²; EMILY CLÁUDIA PEREIRA RAMOS³; ANDRÉ BECKER NUNES⁴;

¹Universidade Federal de Pelotas – gabrielcassol09@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – fernando.rafael23@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – emillycpramos@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – beckerunes@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As atividades de extensão são uma forma de estabelecer diálogo e interação entre a universidade e a comunidade externa. Através dessas atividades leva-se o conhecimento adquirido na formação acadêmica até a sociedade e de onde se adquire também conhecimento e experiências mediante essa interação, cruciais para a formação do aluno. Dentro do Programa de Educação Tutorial (PET) são trabalhados três eixos da educação: ensino, pesquisa e extensão. Ensino e pesquisa são relativamente mais acessíveis a todos alunos, porém a extensão se mostra de mais difícil aplicação quando não conhecido seu real objetivo. Visando esta filosofia, alunos integrantes do programa, têm desenvolvido desde o início de 2017 uma atividade de extensão que consiste no monitoramento das condições meteorológicas de algumas cidades da região da Serra do Sudeste, como Pinheiro Machado, Pedras Altas, Herval e Pelotas. A atividade junto à comunidade e as autoridades da região visa fornecer embasamento científico para o desenvolvimento de algumas atividades agrícolas e promoção do turismo na região, estreitando os laços entre a comunidade acadêmica e a sociedade, realizando assim uma atividade de extensão.

2. METODOLOGIA

Foram instaladas nos municípios citados, estações meteorológicas para o acompanhamento das condições do tempo. As estações, que foram adquiridas com recursos dos próprios alunos, são da marca Davis e possuem sensores de temperatura, umidade relativa, pressão atmosférica, velocidade e direção do vento e precipitação. As estações meteorológicas mantidas atualmente pelo grupo são nas cidades de Pinheiro Machado (Serra do Veleda e Passo da Olaria), Herval (Guarda Nova) e Pelotas (Colina do Sol).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o início da instalação dos equipamentos, ótimos resultados já foram obtidos, confirmando o que fora relatado pela população local. Um dos principais destaques foi o município de Pinheiro Machado que apresentou médias de temperatura menores que a de São José dos Ausentes no trimestre JJA de 2018, cidade que detêm o inverno mais rigoroso do Rio Grande do Sul conforme evidenciado por Matos et al. (2017), ressaltando o efeito latitude x altitude, que pode ser determinante para um frio constante durante a estação mais fria do ano. No mesmo ano, esses resultados foram apresentados às autoridades competentes do município para estimular do desenvolvimento turístico de baixas temperaturas na região, como é feito na Serra Gaúcha. Além do contato com o poder público, o grupo já registrou inclusive precipitações inverniais na região de

Pinheiro Machado, além de fenômenos adversos como tempestades e geadas, registros esses que já foram divulgados em meios de comunicação de âmbito regional e nacional.

Em Herval, na localidade da Guarda Nova nesse período de 1 ano e 3 meses de dados (14/06/2018 até o momento), pôde-se observar que o município também apresenta um grande potencial para registro de baixas temperaturas, cerca de 0,5°C acima da temperatura média da estação instalada em Pinheiro Machado, além de ter um grande potencial de ventos, o que é satisfatório para incentivar empresas a investir na geração de energia eólica.

Em 2019 ocorreram duas grandes conquistas em Pinheiro Machado, a primeira foi a instalação de uma estação meteorológica de acordo com as normas da OMM (Organização Meteorológica Mundial) na localidade da Serra do Veleda no dia 9 de maio, a cerca de 18 km do centro da cidade. O local é caracterizado por apresentar alguns efeitos de levantamento orográfico durante as fortes advecções de inverno, sendo observadas precipitações inverniais mais expressivas que o entorno. Além disso, com a mudança da estação da localidade de Parque Charrua para este novo local, possibilitou-se que Pinheiro Machado tivesse uma medição de vento padrão a 10 m sem nenhuma interferência de quebra-ventos, o que torna os dados mais realísticos, pois o cálculo da sensação térmica depende diretamente da medição de vento e temperatura do ar. A segunda conquista foi a instalação de uma estação meteorológica na localidade de Passo da Olaria no dia 26 de maio, localidade conhecida por ser uma das regiões baixas (relevo côncavo) do município que apresenta maior quantidade de geadas ao longo do inverno. A estação localiza-se em uma baixada com relevo muito íngreme na Serra dos Asprezas a 16 km da cidade.

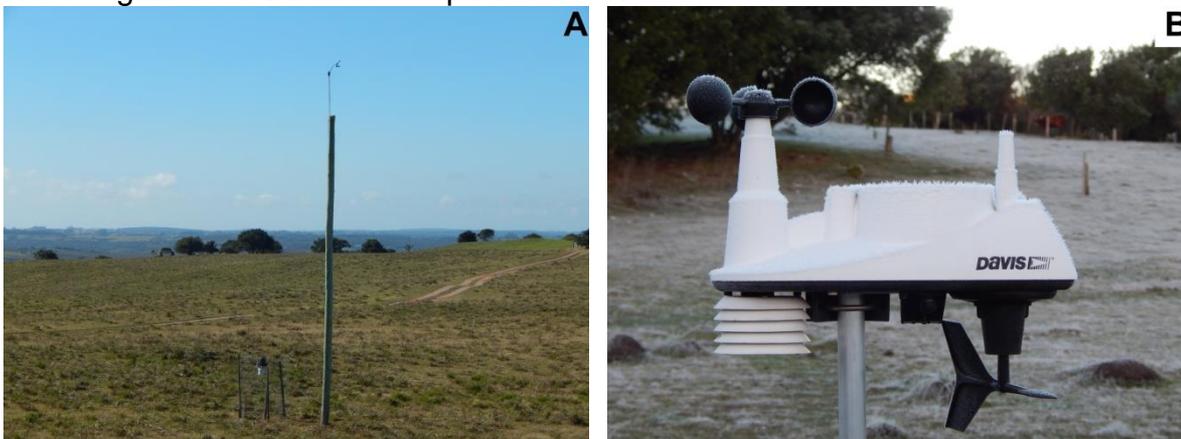


Figura 1 – (A) estação meteorológica instalada na Serra do Veleda e (B) estação meteorológica instalada no Passo da Olaria

Nos dias 5, 6 e 7 de julho os acadêmicos petianos Fernando Rafael Batista Ribeiro Junior, Luiz Gabriel Cassol Machado, ex-petiano e meteorologista Allef Patrick Caetano de Matos e o graduando Diulio Patrick Pereira Machado estiveram em Pinheiro Machado, mais precisamente na Serra do Veleda para acompanhar a passagem de uma intensa massa de ar frio pela região. Os acadêmicos registraram na manhã do dia 5, congelamento de superfícies líquidas expostas ao relento devido à combinação de temperatura negativa, que chegou a -2,2°C com as rajadas de vento que se aproximaram de 40 km/h trazendo sensação térmica de -10,2°C, proporcionando um belo espetáculo, e uma intensa geada negra, o tipo mais nocivo de geada existente. De antemão o grupo fez o convite a equipe de TV RBS/Bagé para acompanhar os estudantes e fazer registros do congelamento durante o amanhecer que foram transmitidos em

várias entradas ao vivo do Jornal Bom Dia Rio Grande, sendo divulgado não só para todo o Rio Grande do Sul, como para o Brasil afora.

No amanhecer do dia 6, a temperatura mínima chegou a $-2,1^{\circ}\text{C}$ que aliada às rajadas de vento de até 35 km/h trouxeram novamente sensação térmica de -10°C e um belo espetáculo de congelamento pela ação do vento (figura 2B). Destaque foi para o final da madrugada que formou um denso nevoeiro que durou até as 9 horas da manhã, proporcionando sincelo na região (figura 2A). O sincelo ocorre quando o nevoeiro se forma em ambiente com temperaturas negativas (tipicamente entre $-2/-8^{\circ}\text{C}$), durante algumas horas e com a presença de ventos constantes para que as gotículas em suspensão possam se congelar ao entrar em contato com as superfícies resfriadas, depositando-se sobre estas superfícies. Um fenômeno raro de ocorrer no RS, ainda mais sobre o sul gaúcho, sendo, portanto, considerado o primeiro registro documentado de sincelo na região.



Figura 2 – (A) sincelo depositado sobre a porteira e (B) açude congelado por ação do vento. Ambos registros na manhã do dia 6 de julho de 2019.

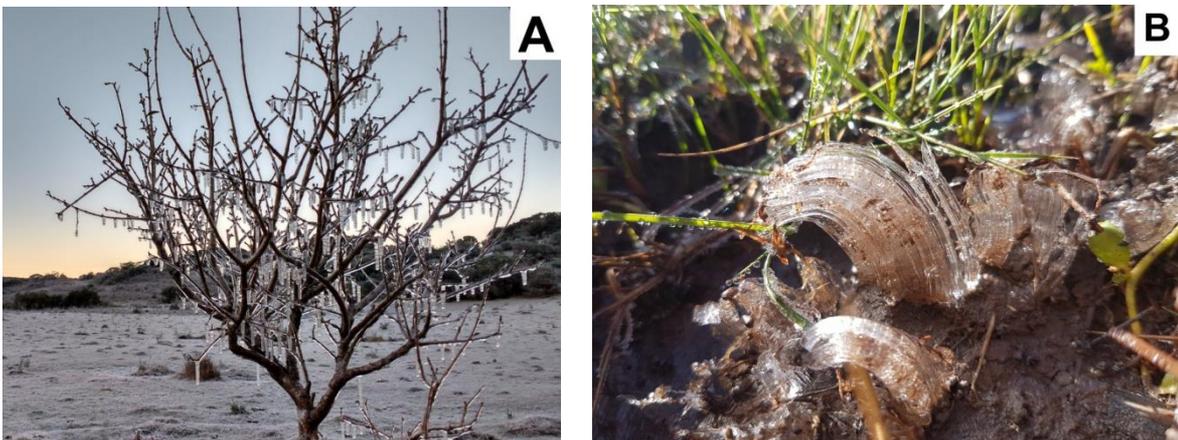


Figura 3 – (A) estalactites de gelo e (B) agulhas de gelo (needle ice). Ambos fenômenos formados devido a temperatura de $-8,0^{\circ}\text{C}$.

No dia 8 pela manhã, os estudantes estiveram in loco no Passo da Olaria para registrar a temperatura de $-8,0^{\circ}\text{C}$ medida a 2 metros (altura padrão OMM) e -12°C na relva o que propiciou uma geada severa sobre a vegetação, congelamento de açudes e estalactites de gelo em árvores (figura 3A) sendo, portanto, a menor temperatura de 2019 registrada no RS. Houve inclusive registro de um raro fenômeno (figura 3B) chamado pipkrake ou needle ice (agulhas de gelo). O pipkrake é um fenômeno que ocorre quando a temperatura do solo (abaixo da relva) está acima de 0°C e a temperatura do ar imediatamente acima

do solo está abaixo de 0°C. A água líquida subterrânea é trazida para superfície por ação capilar, onde congela e forma uma crescente coluna de gelo parecido com uma agulha. Geralmente se forma quando a temperatura do ar fica próxima ou abaixo de -5°C (VIEIRA, 1996). Tal registro foi divulgado em diversos veículos de comunicação (Correio do Povo; Globo G1 RS; Tribuna do Pampa).

4. CONCLUSÕES

As estações meteorológicas estão fornecendo informações do padrão de temperatura, regime pluviométrico e de ventos dessas cidades, cruciais para o desenvolvimento de atividades econômicas. Após um período de tempo maior, também devem fornecer informações com maior credibilidade que poderão reforçar as potencialidades para o turismo, no que tange as baixas temperaturas. Na agricultura, o objetivo a partir destas informações coletadas é criar um zoneamento climático dessas cidades para diferentes culturas de clima temperado. Sendo assim é possível indicar áreas favoráveis ao cultivo de determinada cultura e os melhores períodos para semeadura. Através do zoneamento é possível inclusive estabelecer aptidões com relação à produção pecuária. Portanto, essa atividade de monitoramento meteorológico visa cooperar com as autoridades para o desenvolvimento das atividades econômicas e bem-estar das comunidades locais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Correio do Povo. **Cidades do Rio Grande do Sul amanhecem com temperaturas negativas neste domingo**. Porto Alegre, 7 jul. 2019. Acessado em 10 ago. 2019. Online. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/cidades-do-riograndedo-sul-amanhecem-com-temperaturas-negativas-neste-domingo-1.349921>

Globo TV RBS. **Pinheiro Machado tem sensação térmica de -9°C e lago congela durante a madrugada**. Bom dia Rio Grande, Porto Alegre, 5 jul. 2019. Acessado em 10 ago. 2019. Online. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7742135/>

Globo TV RBS. **Alunos de meteorologia observam chegada de massa de ar polar em Pinheiro Machado**. Jornal do Almoço, Porto Alegre, 5 jul. 2019. Acessado em 10 ago. 2019. Online. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7742748/programa/>

MATOS, A. P. C.; NUNES, A. B. Estudo preliminar da temperatura do ar em Canela e Canguçu - RS. **VII Encontro Sul Brasileiro de Meteorologia**, 2017, Pelotas.

Tribuna do Pampa. **Pinheiro Machado registrou oito graus abaixo de zero na manhã do último domingo**. Bagé, 11 jul. 2019. Acessado em 10 ago. 2019. Online. Disponível em: <http://www.tribunadopampa.com.br/pinheiro-machadoregistrou-oito-graus-abaixo-de-zero-na-manha-do-ultimo-domingo/>

VIEIRA, G. T.; A ação dos pipkrakes na morfogênese actual na Serra dos Gerês. **Finisterra**, XXXI, 61, 1996, pp. 3-28.

IMPORTÂNCIA NA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO BIOTECNOLOGISTA: G-BIOTEC RECEBE COLÉGIOS NO CURSO E EM SEUS LABORATÓRIOS DE PESQUISA

DIEGO SERRASOL DO AMARAL¹; GUILHERME FEIJÓ SOUSA²;
ANTONIO SUARTE PAGANO; AMANDA SILVA HECKTHEUER; JACKSON
MORAIS BECKER²; PRISCILA MARQUES MOURA DE LEON³

¹*Biotecnologia do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal de Pelotas – diegos.amaral@outlook.com*

²*Biotecnologia do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal de Pelotas - guima.sousa07@gmail.com, antonioduarte pagano@gmail.com, amandasheck@hotmail.com, kato_becker@hotmail.com.*

³*Biotecnologia do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal de Pelotas – primleon@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Visando a ampliação do conhecimento e a educação continua as ações extensionistas surgiram na Inglaterra. Atualmente, as universidades utilizam dessas ações para aproximar a comunidade do conhecimento gerado pela instituição buscando uma melhora conjunta da sociedade e do meio acadêmico (RODRIGUES et al, 2013).

A Biotecnologia como uma ciência de desenvolvimento de tecnologias e conhecimentos multidisciplinares, como obtenção de novos biofarmacos, tem uma relevante função de melhora na qualidade de vida da sociedade. Sendo uma área que envolve os mais diversos campos do conhecimento como: Biologia Molecular, Imunologia, Proteômica, Engenharias, Química, etc (VICTORINO, 2000). Sendo uma ciência de grande potencial agregado, que para seu desenvolvimento, necessita de um ambiente com forte base acadêmica e científica.

No Brasil, mesmo com o incessante desenvolvimento das ciências biotecnológicas e destaque na sua produção científica, a profissão de biotecnologista ainda não é regulamentada e sua importância no atual cenário mundial não é conhecida pela sociedade. Isso acarreta na desvalorização do profissional em Biotecnologia pela eventual dificuldade de se inserir no mercado de trabalho brasileiro.

Com o intuito de gerar debates e discussões acima desta temática, mas também com caráter informativo, o foi elaborado um projeto unificado com ações de extensão que têm por objetivo principal buscar conscientizar a comunidade sobre a atuação do profissional de Biotecnologia e a importância do desenvolvimento desta ciência para a sociedade como um todo. Por isso o presente trabalho relata a ação extensionista de receber escolas e seus alunos de ensino médio, onde foi possível tratar a respeito da necessidade de regulamentação da Biotecnologia, além de expandir o conceito e âmbitos de trabalho da profissão, divulgando ciência de forma acessível e igualitária.

2. METODOLOGIA

O grupo de colaboradores do projeto reuniu-se periodicamente a fim de discutir a melhor forma de abordar a temática da regulamentação da Biotecnologia. Com isso, chegamos ao consenso de que para que isso ocorra é necessário que a sociedade entenda e saiba do que se trata a Biotecnologia,

sobre qual sua amplitude de sua atuação e o seu impacto gerado na sociedade. Assim, foi decidido que uma das ações do projeto seria convidar uma escola para uma visita às instalações do curso no campus Capão do Leão da Ufpel, passando por atividades do cotidiano de um biotecnologista e conhecendo alguns laboratórios de pesquisa do curso e sendo informados de suas linhas de pesquisa e atuação.

O Colégio Salesiano Dom Bosco, da cidade de Rio Grande, foi um dos escolhidos para esta visita. O convite foi feito através de diálogo com a coordenação da escola, que prontamente viu o benefício aos seus alunos da atividade proposta. A partir disso, iniciaram-se os preparativos das atividades a serem realizadas com os alunos do terceiro ano do ensino médio desta escola.

Devido ao número de alunos esperados (26 alunos acompanhados de dois de seus professores), as atividades foram divididas em duas etapas, a visita ao curso e aos laboratórios de pesquisa, e as atividades de aulas práticas no laboratório de ensino. Foram dois grupos de 13 alunos a passarem por essas duas etapas.

Inicialmente ocorreu a apresentação do curso de Graduação em Biotecnologia, onde foi apresentadas as partes fundamentais e o alicerce do Projeto Pedagógico do Curso. Em seguida, um dos grupos, juntamente da coordenadora do curso, se encaminhou a visita aos laboratórios de pesquisa do Núcleo de Biotecnologia do CDTEC (Centro de Desenvolvimento e Tecnologia). A exemplo, foram visitados os Laboratório de Vacinologia e o Laboratório de Genômica Estrutural, que atuam fortemente na área de pesquisa em Biotecnologia na graduação e na pós-graduação. Enquanto isso, o outro grupo de alunos participava de dinâmicas como: extração de DNA, PCR (Reação em Cadeia da Polimerase), aplicação do produto de PCR em gel de agarose. Essas atividades foram feitas com ênfase na aplicação em Biotecnologia Forense, por ser uma área que gera grande interesse. Como contextualização da atividade foi criada uma cena de crime fictícia, nela os alunos deviam extrair o DNA dos suspeitos, fazer o PCR para amplificação de marcadores genéticos que diferenciam os suspeitos e assim comparar com o DNA encontrado na cena do crime. Ao final do encontro foram debatidos os assuntos mais relevantes de toda apresentação e os alunos tiveram a oportunidade de conversar com graduandos de Biotecnologia sobre o curso.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como esperado ao início da visita, os alunos tinham em sua maioria desconhecimento sobre a Biotecnologia e suas aplicações. Mesmo conhecendo muitos produtos biotecnológicos como: vacinas e transgênicos, nos foi relatado que não conheciam de fato que estes eram desenvolvidos por Biotecnologistas. Assim, ficou evidente que mesmo muitos produtos biotecnológicos, mesmo já estando no mercado e a sociedade usufruindo deste há muito tempo, o termo “biotecnologia” não é atrelado aos mesmos. Entretanto, mesmo que antes das atividades eles não tivessem nenhuma noção sobre Biotecnologia, o conhecimento gerou interesse e muitos alunos demonstraram-se curiosos em relação ao mercado de trabalho após ter conhecido um pouco da profissão.

Os alunos em todos os momentos se mostraram muito atentos e interessados, se dispostos a fazer as atividades propostas e direcionando perguntas pertinentes. O que podemos inferir que a didática utilizada e o conteúdo abordado foi fundamental para o sucesso e a qualidade desta atividade. A figura 1 ilustra a visita aos laboratórios de pesquisa do Núcleo de Biotecnologia

do CDTec da UFPel, em específico ao Laboratório de Genômica Estrutural. A figura 2 mostra as atividades voltadas à Biotecnologia Forense no laboratório de ensino do curso de Graduação em Biotecnologia, o Laboratório Watson & Crick. Enquanto que a figura 3, registra um momento de conversa final, quando foi abordado sobre áreas de interesse no curso, sobre a profissão de Biotecnologista e a opinião dos alunos sobre o que apresentado nesta visita.



Figura 1. Alunos durante a visita ao Laboratório de Genômica Estrutural do Núcleo de Biotecnologia do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal de Pelotas no Campus Capão do Leão.



Figura 2. Atividade prática de extração de DNA aplicada à Biotecnologia Forense realizada no laboratório de ensino, Laboratório Watson & Crick, da Graduação em Biotecnologia do do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal de Pelotas no Campus Capão do Leão.



Figura 3. Conversa ao final das atividades com os alunos do terceiro ano do ensino médio do Colégio Salesiano Dom Bosco sobre áreas de interesse no curso e a opinião desses alunos sobre o que os foi apresentado neste dia.

4. CONCLUSÕES

A ideia inicial de informar a comunidade sobre o curso de Biotecnologia visando o reconhecimento da importância do profissional biotecnologista para a sociedade, e a regulamentação da profissão, promove, além da ampliação do mercado de trabalho do biotecnologista, mas o aumento no incentivo a pesquisa brasileira. Visto que, os alunos que participaram das atividades propostas mostraram grande interesse na medida em que tinham conhecimento das áreas de atuação e aplicações da Biotecnologia. Além disso, devido ao atual cenário da pesquisa brasileira, alguns alunos mesmo muito interessados na profissão, mostraram-se desmotivados por saber das dificuldades de ser pesquisador no Brasil. Com isso, cabe às novas iniciativas de trabalhos futuros buscar formas de motivar esses jovens e mostrar maneiras de superar as dificuldades de ser um pesquisador no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

V.I.P. A Revolução da Biotecnologia
VICTORINO, **Tempo Social**. USP, São Paulo, v.12, p. 129-145, 2000.

Biotecnologia em Saúde Humana no Brasil
FREIRE, C.T. **Dossiê Desenvolvimento e Inovação**. São Paulo, v.3, p. 69-83, 2014.

Desafios na área de Biotecnologia
FELIPE, M.C.. **Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação no Brasil**. UNB, Brasília, v.8, p. 11-14, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional
Projeto de Lei 3747/2015. Brasília, 2015. Acessado em 29 de agosto de 2018. Online. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2056>



**PRIMEIRO DIA DE MINICURSOS DO VII SIMPÓSIO DE BIOTECNOLOGIA:
ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO**
**BÁRBARA DA ROCHA FONSECA¹; VITÓRIA ADRIELLY CATSCHOR DOS
SANTOS²; IZADORA PETER FURTADO²; ANA LAURA DA SILVA FEIJÓ²; VITOR
DA SILVEIRA ALBA²; VANESSA GALLI³**

¹*Graduação em Biotecnologia, Centro de Desenvolvimento Tecnológico - CDTEC, Universidade Federal de Pelotas - UFPel – barbfonseca@hotmail.com;*

²*Graduação em Biotecnologia, Centro de Desenvolvimento Tecnológico, Biotecnologia, Universidade Federal de Pelotas - UFPel – vitoriacatschor@gmail.com; izapfurtado@gmail.com; sf.analaura@gmail.com; vitor.s.alba@gmail.com;*

³*Centro de Desenvolvimento Tecnológico, Biotecnologia, Universidade Federal de Pelotas - UFPel – vane.galli@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A biotecnologia possui como definição a utilização de microrganismos ou parte destes para a solução de problemas ou produção de produtos ou processos úteis, com potencial industrial em diversas áreas do conhecimento (KREUZER E MASSEY, 2002), sendo a mesma responsável pelo suporte para novas tecnologias, proporcionando a resolução de diferentes questões da humanidade durante séculos (RIFKIN, 1999).

Apesar de ser uma área consolidada e que se apresenta cada vez mais aplicável, no Brasil ainda existe uma carência em relação ao conhecimento por parte da população sobre a mesma (ABUDUXIKE et al., 2012). Essas informações demonstram a importância de investimentos para a divulgação da área, bem como dos conhecimentos envolvidos e de seu impacto gerado.

Desta forma, projetos de extensão são uma importante ferramenta que permite a troca de experiências e informações, além de possibilitar um diálogo entre acadêmicos, professores, pesquisadores e comunidade com intuito de realizar a troca de conhecimentos. Além disso, também são capazes de elucidar de uma maneira mais clara e simplificada a relação entre teoria e prática através de diversos mecanismos (MENDONÇA e SILVA, 2002). Sendo assim, uma das ferramentas utilizada pelo “VII Simpósio de Biotecnologia e III Mostra Acadêmica” foi a oferta de diferentes minicursos de forma totalmente gratuita, uma vez que esses apresentam grande importância na educação de estudantes universitários e demais participantes, pois possibilita o aprendizado de novas técnicas e aplicações de diversos ramos do curso em um pequeno espaço de tempo.

A partir disso, o objetivo do presente trabalho é descrever as etapas de planejamento, organização e execução destes minicursos, bem como avaliar o desempenho e a relevância dos mesmos de acordo com a opinião dos participantes.

2. METODOLOGIA

2.1 Organização e Planejamento

Durante o primeiro semestre de 2019 foi ofertada a disciplina de “Planejamento e Gestão de Eventos em Biotecnologia”, na qual alunos da graduação e da pós-graduação em biotecnologia puderam se matricular. Durante as aulas, os alunos tiveram um espaço para discutir e planejar o evento sob a orientação das docentes Patricia Diaz de Oliveira, Priscila Marques Moura de Leon e Vanessa Galli. Visando aumentar o rendimento, a turma foi dividida em grupos que ficaram responsáveis por determinados tópicos da organização, como palestras, divulgação, inscrições e minicursos.

O grupo responsável pelos minicursos ficou encarregado de definir quais workshops seriam ofertados, contatar os ministrantes e estabelecer os locais em que ocorreriam. As inscrições foram realizadas via google formulários de forma online e gratuita. Todos os minicursos ofertados no dia 25 de junho, a área de ensino a qual se enquadram e a carga horária dos mesmos estão demonstradas na tabela abaixo.

Tabela 1: Minicursos ministrados na segunda-feira (24/06/2019), constando a área de ensino e a carga horária.

Minicurso	Área	Carga Horária
Biorremediação de Efluentes e Resíduos	Ambiental	8 horas
Modelagem de proteínas - da modelagem ao refinamento	Bioinformática	4 horas
Sequenciamento automatizado de Sanger	Biologia Molecular	8 horas
Clonagem e expressão de proteína recombinante	Biologia Molecular	8 horas
Engenharia Genética de Microrganismos para Produção de Biomoléculas	Biologia Molecular	8 horas
Reveladores de impressões digitais latentes	Forense	4 horas
Cromatografia aplicada a Química Forense	Forense	4 horas
Probióticos, Prebióticos e Microencapsulação Utilizando a Técnica de Spray Drying	Microbiologia	8 horas
Caracterização fenotípica e genotípica de <i>Listeria monocytogenes</i> , um importante patógeno em alimentos	Microbiologia	8 horas
Introdução a Deep Learning	Programação	4 horas
Aplicações de cromatografia e espectrometria de massas	Química	8 horas
Conhecendo Tumores Sólidos	Saúde	4 horas

2.2 Execução

Durante o evento, os grupos foram redivididos de forma a atender todas as necessidades do evento. Assim, os alunos, em duplas, ficaram responsáveis por monitorar cada minicurso, realizando atividades como receptionar e auxiliar os ministrantes, encaminhar os alunos até a sala, introduzir o workshop, disponibilizar a ata de presença, distribuir os certificados, entre outras tarefas.

Também ficaram responsáveis pela distribuição do questionário de avaliação, com perguntas de múltipla escolha em relação aos tópicos de divulgação, programação, relevância e adequação das instalações do evento. Além disso também possuía uma área para o participante expressar críticas ao minicurso, que foram coletadas e contabilizadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as 241 vagas ofertadas nesta edição do evento, 141 (58,51%) foram distribuídas entre os 12 minicursos ofertados no primeiro dia. Embora todas as vagas tenham sido preenchidas, foi verificado apenas 68,79% de presença dos inscritos durante os workshops, sendo que 98 responderam ao questionário.

Observou-se que a maioria dos tópicos foi avaliado como “excelente”, com exceção do tópico “Divulgação”, que obteve o percentual de 46,4% avaliado como “Bom”, enquanto 39,2% considerou a divulgação do evento “excelente”, conforme demonstrado na Figura 1.



Figura 1: Resultado individual referente ao tópico “divulgação do minicurso”.

Quanto ao quesito “Programação do minicurso”, o mesmo foi avaliado positivamente, apresentando 98% das respostas entre “excelente” (79,2%) e “bom” (18,8%) e apenas 2,1% avaliaram como “médio” (Figura 2).



Figura 2: Resultado individual referente ao tópico “Programação do minicurso”.

Em relação ao tópico de “Contribuição para a vida acadêmica” e “Relevância do tema” (Figuras 3 e 4), ambos tiveram suas avaliações “excelente” em sua maioria (84,5% e 90,7%, respectivamente), com algumas avaliações “bom” (11,3% e 5,2%, respectivamente) e “não se aplica” (3,1% e 4,2%, respectivamente). Apenas o critério “Contribuição para vida acadêmica” obteve avaliação “médio” (1,1%).

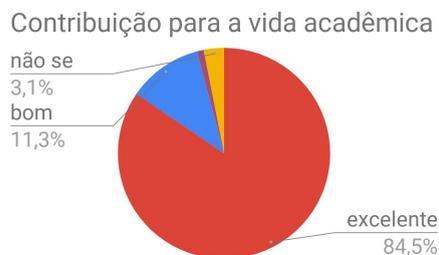


Figura 3: Resultado individual referente ao tópico “Contribuição para a vida acadêmica”

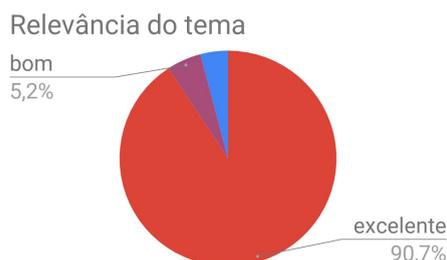


Figura 4: Resultado individual referente ao tópico “Relevância do tema”.

No que se refere à adequação das instalações por parte dos minicursos, o percentual foi de 59,8% de avaliações “excelente”; 34% consideraram como “bom”, 5,2% avaliaram como “médio” e 1% respondeu como “não se aplica”.



Figura 5: Resultado individual referente ao tópico “Adequação das instalações”.



Os dados processados e analisados a partir dos formulários mostram que o tópico de “Relevância do tema” apresentou o maior percentual de votos para “ótimo” (90%), o que está diretamente relacionado com a possibilidade do participante escolher o tema que mais lhe chamava atenção e participar de um curso de curta duração que pudesse agregar e desenvolver os conhecimentos de uma maneira gratuita e acessível.

Ao analisarmos os dados considerando as porcentagens de *feedback* positivo, ou seja, categorias avaliadas com “ótimo” e “bom”, observa-se que “Programação do minicurso”, “Contribuição para a vida acadêmica” apresentam valores superiores a 95%, sugerindo assim que a programação preparada e executada pelo ministrante e equipe de suporte foi satisfatória aos participantes, o que está correlacionado com a contribuição e impacto que o conteúdo do curso terá sobre a vida acadêmica do inscrito. Já as avaliações positivas quanto à “Adequação das instalações” mostra que a equipe organizadora foi bem sucedida na escolha, distribuição e coordenação de todos os lugares disponibilizados para realização de minicursos.

Embora a divulgação tenha sido considerada o tópico mais crítico de todas as categorias e com maior número de reclamações nas fichas de sugestão, apresentou uma avaliação positiva por parte de 85% dos participantes, demonstrando que o critério, ainda que não tão bem e fluido quanto esperado, atingiu o seu público e o manteve informado dos detalhes dos minicursos.

Outra consideração bem comum nas sugestões foi a limitação do número de vagas por participantes, estratégia que foi aderida devido à gratuidade do evento, mas que com certeza deverá ser levantada e repensada nas próximas edições do evento.

4. CONCLUSÕES

Ao final do evento e após contabilização das respostas dos participantes dos minicursos ofertados no primeiro dia do VII Simpósio de Biotecnologia, pode-se concluir que os participantes avaliaram positivamente o evento, indicando que a comissão organizadora realizou um trabalho satisfatório. Além disso, os discentes membros da comissão organizadora puderam participar do planejamento, organização e execução de um evento, assim adquiriram grande crescimento acadêmico e capacidade de contribuir com a popularização científica da Biotecnologia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KREUZER, H.; HELEN, M. **Engenharia genética e biotecnologia**. 2ª Edição. Porto Alegre, 2002. 434.

RIFKIN, Jeremy. **O século da biotecnologia**. Makron Books, São Paulo, 1999.

ABUDUXIKE, G.; ALJUNID, S. M. Development of health biotechnology in developing countries: can private-sector players be the prime movers **Biotechnology advances**, Malásia, v. 30, n.6, p.1589 – 1601, 2012.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. **Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública**. **Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras**. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.

ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO INFORMATIVO SOBRE OS EVENTOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO NO ESOCIAL

KEEZY MEDEIROS RADTKE¹; LETÍCIA LUCAS FRAGA DA SILVA²; LUÍS ANTÔNIO DOS SANTOS FRANZ³; RENATA HEIDTMANN-BEMVENUTI⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – keezymedeiros25@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – leticia.lucas.fraga@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – luisfranz@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – reheidtmann@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias (eSocial), foi instituído por meio do Decreto nº 8.373/2014, para facilitar a prestação de informações que antes eram enviadas de várias formas e modelos a vários órgãos públicos (BRASIL, 2014; BRASIL, 2019). Através desse sistema, o registro das informações é feito de forma unificada, tornando o ambiente de negócios mais simples e prático (BRASIL, 2017).

O envio das informações Fiscais e Previdenciárias através do eSocial já é uma realidade e encontra-se em operação. A novidade se refere ao envio das informações Trabalhistas, dentre elas os eventos de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) (BRASIL, 2017).

A implantação do eSocial no que tange à SST facilitará o envio das informações relativas aos trabalhadores, de maneira prática e simples contribuindo para redução de custos e tempo da área contábil das empresas, além de assegurar os direitos dos trabalhadores e conferir um ambiente mais seguro (BRASIL, 2017).

Segundo a Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPREVT) no 716/2019, os quatro grupos dos obrigados ao eSocial e os respectivos prazos para informar os eventos de SST são: Entidades empresariais com faturamento anual em 2016 acima de R\$ 78 milhões de reais, até janeiro/2020; Entidades empresariais com faturamento anual em 2016 acima de R\$ 4,8 milhões de reais e abaixo de R\$ 78 milhões até julho/2020; os que não pertencem ao 1º, 2º e 4º grupos, exceto os empregadores domésticos, até janeiro/2021 e Entes públicos (Administração pública e Organizações internacionais), até julho/2021.

Os eventos de SST que são obrigatórios de serem enviados ao eSocial, segundo o Manual de Orientação do eSocial, versão 2.5 (2019), são: Tabela de Ambientes de Trabalho (S-1060); Comunicação de Acidente de Trabalho (S-2210); Monitoramento da Saúde do Trabalhador (S-2220); Condições Ambientais – Fatores de Risco (S-2240) e Treinamentos, Capacitações, Exercícios Simulados e Outras Anotações (S-2245).

A elaboração de um instrumento informativo sobre os eventos de SST no eSocial se justifica porque auxiliará as empresas a cumprirem as normas e, dessa forma, evitar a incidência de multas (BRASIL, 2017).

O objetivo deste trabalho foi elaborar um instrumento informativo contendo as regras do Programa eSocial referentes aos eventos de Segurança e Saúde do Trabalho.

2. METODOLOGIA

A classificação da metodologia do presente trabalho, quanto à abordagem, é qualitativa; quanto à natureza, trata-se de pesquisa aplicada; quanto aos objetivos, pesquisa exploratória e, quanto aos procedimentos, pesquisa bibliográfica e documental (FLEURY, 2018; GIL, 2010).

Para elaborar o instrumento informativo, foi necessário estudar a bibliografia relacionada aos eventos de Segurança e Saúde do Trabalho no Programa eSocial, assim como, levantar os prejuízos para os estabelecimentos caso o programa não seja implementado dentro dos prazos estipulados pelo governo.

O instrumento informativo foi desenvolvido de forma didática e simplificado para seu melhor entendimento por todos que terão acesso a ele futuramente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas e documentais sobre os eventos de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) no Programa eSocial. Dessa forma, foi possível elaborar o manual contendo as informações sobre SST (Figura 1) que devem ser obrigatoriamente disponibilizadas pelas empresas ao eSocial, sob pena de multa.

É importante salientar que o eSocial encontra-se em funcionamento em relação às obrigações Previdenciárias e Fiscais. A novidade e previsão de implantação futura diz respeito às obrigações Trabalhistas, dentre elas, os eventos de SST.

Após diversos adiamentos do início da vigência do Programa, a última informação oficial do Governo prevê início a partir de janeiro de 2020 para o primeiro grupo (Entidades empresariais com faturamento anual em 2016 acima de R\$ 78 milhões de reais).

Foi divulgada, recentemente, uma Nota conjunta do Governo prevendo uma Simplificação do eSocial a fim de tornar sua utilização mais intuitiva e amigável nas plataformas *web* especialmente para o empregador doméstico e para as pequenas empresas (BRASIL, 2019).

O enfoque extensionista desse trabalho será concluído num momento futuro, em que os manuais serão entregues em microempresas da cidade de Pelotas-RS. Neste mesmo momento, será realizada uma explanação sobre o assunto e aplicado um questionário a fim de qualificar a importância do presente projeto.

Manual Informativo sobre os eventos de Segurança e Saúde do Trabalho no eSocial

Microempresas
Ramo: Comunicação de Produtos e Panificação

Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Centro de Engenharias - CEng
Engenharia de Produção

Setembro de 2019

Contatos:
Acadêmica Keely Medeiros Radtke (Bolsista, keelymedeiros25@hotmail.com)

Acadêmica Leticia Lucas Fraga da Silva (Colaboradora, leticia.lucas.fraga@gmail.com)

Prof. Dr. Luis Antônio dos Santos Franz (Colaborador, luisfranz@gmail.com)

Prof.ª Dra. Renata Heidtmann-Bemvenuti (Coordenadora, rehedtmann@yahoo.com.br)

O QUE É O eSOCIAL?
É o Sistema de Esclarecimento Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhadoras e Previdenciárias (eSocial), que foi instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014.

QUAIS OS BENEFÍCIOS DO eSOCIAL?
Para os empregadores:
Simplificação de processos, porém esta simplificação só irá quando todos os procedimentos estiverem adequados ao eSocial.
Para os trabalhadores:
Garantia de Direitos. Os trabalhadores terão acesso a todos os dados da sua relação laboral com o empregador através da internet.
Para o Governo:
Maior poder de fiscalização na garantia de direitos dos trabalhadores e exigência do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhadoras e previdenciárias pelo empregador.

EM QUE ME AUXILIARÁ ESTE MANUAL?
Este Manual irá tratar especificamente sobre os eventos de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) no programa eSocial, sendo os eventos que constituem a quinta fase do eSocial, conforme seu cronograma atual (Figura 1).

É OBRIGATORIA A ADESAO AO eSOCIAL?
Sim. O não cumprimento de inserção de dados no sistema e cumprimento de prazos (Figura 1), implicará em multas pelas empresas (Tabela 1).

O grupo 1 é composto por Entidades Empresariais com faturamento anual em 2016 acima de R\$ 78 milhões de reais.

O grupo 2 é composto por Entidades Empresariais, com faturamento anual em 2016 acima de R\$ 4,8 milhões de reais e abaixo de R\$ 78 milhões.

O grupo 3 é composto pelos obrigados ao eSocial que não pertencem ao 1º, 2º e 4º grupos, exceto os empregadores domésticos.

O grupo 4 é composto pelos Entes Públicos (Administração pública e Organizações Intermunicipais).

QUAL O PRAZO PARA AS MICROEMPRESAS?
As microempresas, enquadradas no Grupo 3 (Figura 1), têm até janeiro de 2021 para preenchimento e envio dos eventos de SST no eSocial.

Figura 1 - Cronograma do eSocial

Tabela 1: Multas pela não implantação das obrigatoriedades referentes a SST no eSocial.

Infração	Multas (Valores mínimos-máximo)	Base legal
Não realizar exames médicos	RS 402,53 a até RS 4.025,33	Art. 201 da CLT*
Deixar de comunicar acidente de trabalho	Entre o valor mínimo e o máximo do salário de contribuição, para acidentados não comunicados dentro do prazo estabelecido	Art. 22 da CLT* e Lei 6.213/81
Não informar ao trabalhador sobre os riscos do trabalho	RS 1.812,87 a até RS 181.284,63	Art. 157 da CLT*
Infração outras obrigações que sejam a partir das normas regulamentadoras	Valores dependentes conforme o Anexo II da NR-25	Norma Regulamentadora nº 26 do MTPS**

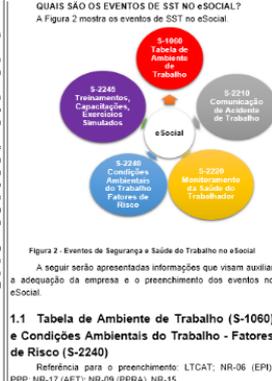
ORGANIZAÇÃO DOS EVENTOS:
Os empregadores são responsáveis por encaminhar os dados correspondentes a cada grupo no eSocial.

a. Eventos iniciais: são inseridos dados no eSocial que identificam o empregador/contribuinte relacionados a sua classificação fiscal e a sua estrutura administrativa.

b. Eventos de fatos: são eventos que complementam os eventos iniciais. Dizem respeito à organização da empresa, como ambientes de trabalho, cargos e funções da empresa, rubricas da folha de pagamentos, etc.

c. Eventos não periódicos: compreendem os eventos que dizem respeito à vida laboral do trabalhador. Não têm data predefinida para ocorrer, pois dependem de acontecimentos na relação entre a empresa e o trabalhador que influenciam o reconhecimento de direitos e o cumprimento de deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais. Exemplo: a admissão de um trabalhador, a alteração de salário, a exposição do trabalhador a agentes nocivos, os acidentes de trabalho, o desligamento, etc.

d. Eventos periódicos: são aqueles cuja ocorrência tem periodicidade previamente definida. Compostos por informações de folha de pagamento e de apuração de outros fatos geradores de contribuições previdenciárias. Devem ser transmitidos ao eSocial até o dia 7 (sete) do mês seguinte.



Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT.
O que é o LTCAT?
É um documento que visa o levantamento dos riscos ambientais. Este documento não possui uma data de validade, porém, deve-se fazer atualizações sempre que houver mudanças no ambiente de trabalho.

Para que serve o LTCAT?
Para comprovar que as atividades exercidas pelo trabalhador durante sua permanência na empresa oferecem algum tipo de risco ambiental. A partir desse documento, a Previdência Social determina se há ou não a necessidade de aposentadoria especial.

Qual a obrigatoriedade do empregador?
Todos empregadores que tiverem a partir de um empregado devem emitir o laudo.

Qual profissional pode emitir esse laudo?
Conforme Lei 8213/91 (art. 1º da Lei 58), o LTCAT deve ser expedido pelo médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, devidamente habilitados.

NR-06 - Equipamento de Proteção Individual (EPI)
Qual a obrigatoriedade do empregador?
O empregador deverá informar o tipo, se estão disponíveis, se são eficazes ou não para neutralizar o risco e o número do Certificado de Aprovação (CA) do EPI.

Quando o EPI deve ser fornecido?
a. Quando as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho.
b. Enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e
c. Para atender a situações de emergência.

Quais os exames médicos obrigatórios?
- Adicional: antes que o trabalhador assumia as atividades.
- Periódicos: A cada 2 anos - Para trabalhadores em geral entre 18 anos e 45 anos; A cada 1 ano - Para trabalhadores em geral quando menores de 18 anos e maiores de 45 anos; A cada ano ou intervalos menores - Para trabalhadores portadores de DOENÇAS CRÔNICAS ou expostos a riscos e situações que impliquem no desequilíbrio ou agravamento de DOENÇA OCUPACIONAL, se notificado pelo médico agente da inspeção do trabalho, ou, ainda, como resultado de negociação coletiva de trabalho.
- Retorno ao trabalho: NO PRIMEIRO DIA de volta ao trabalho (quando a ausência for igual ou superior a 30 dias) pelos motivos de doença, acidente ou parto.
- Mudança de função: ANTES da data da mudança (se é considerada mudança a alteração de função, setor ou posto de trabalho que implique na exposição do trabalhador a risco diferente daquele a que estava exposto).
- Demissional: ATÉ a data da HOMOLOGAÇÃO da demissão, se o último exame tiver sido realizado com data anterior aos limites especificados de acordo com o grau de risco da empresa.
- Caso este exame exó do laudo de INAPTO, o empregado não poderá ser dispensado, devendo ser encaminhado para perícia médica do INSS.

Qual o tipo de exame:
- Avaliação clínica: Anamnese ocupacional, exame físico, exame mental.
- Exames complementares: conforme previsto nos laudos e NR-07.

Quem recomenda o uso do EPI existem duas situações:
Empresas com SESMT, SESMT
Empresas sem SESMT: profissional tecnicamente habilitado.

Quem direciona fatores de EPI:
O empregador, gratuitamente, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

O que é considerado EPI:
O que consta no Anexo I da NR-08.

Como consultar o Certificado de Aprovação (CA):
caepi.mte.gov.br/informet/ConsultaCAInformet.aspx

Para os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), a obrigatoriedade estará relacionada à informação sobre a eficácia dos equipamentos.

Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)
O que é o PPP?
É um documento histórico-laboral do trabalhador que reúne, entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica durante todo o período em que este executou suas atividades na respectiva empresa. O risco ergonômico passará a ser considerado no monitoramento dos fatores de risco ambiental do PPP.

Qual o objetivo do PPP?
Fornecer informações ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre as atividades exercidas pelo trabalhador segurado durante todo o período de permanência na empresa, para que seja concedido a ele ou não a aposentadoria especial.

Quem preenche o PPP?
Qualquer pessoa que atue na empresa indicada para executar a tarefa pode emitir o PPP, pois é apenas uma descrição

das informações contidas no LTCAT. Deve ser assinado pelo responsável legal da empresa.

NR-17 - Ergonomia - Análise Ergonômica do Trabalho (AET)
Qual a obrigatoriedade do empregador?
Indicar os locais onde os trabalhadores exercem suas atividades e o risco ergonômico ao qual eles estão submetidos (Tabela 23 do eSocial-Fatores de Risco do Meio Ambiente do Trabalho).

Qual são os riscos ergonômicos possíveis?
São 58 riscos ergonômicos listados na tabela 23 do eSocial-Fatores de Risco do Meio Ambiente do Trabalho, divididos em cinco categorias: biomecânicos, mobiliário e equipamentos, organizacionais, ambientais, psicossociais e cognitivos.

Qual objetivo de informar sobre os riscos ergonômicos?
Identificar se a exposição aos riscos gera condições insalubres, perigosas ou aposentadoria especial.

O que é a Análise Ergonômica do Trabalho (AET)?
Um parecer técnico que mostra os riscos ergonômicos de cada atividade, com descrição das atividades físicas e mentais dos trabalhadores.

Quem pode fazer a AET?
A lei não determina quem pode elaborar a análise, porém deve ser um profissional que possua um conhecimento profundo na área de ergonomia e na área de fisiologia humana.

1.1 Tabela de Ambiente de Trabalho (S-1060) e Condições Ambientais de Trabalho - Fatores de Risco (S-2240)
Referência para preenchimento deste evento: NR-06 (EPI), PPP, NR-17 (AET), NR-09 (PPRA), NR-15.

Deve emitir a CAT no caso de acidentes de trabalho, acidentes de trajeto e doenças ocupacionais. É obrigatório informar o código da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Qual o prazo para emissão da CAT?
Até um dia útil após a ocorrência do acidente ou imediatamente em caso de morte.

Para que serve a informação contida na CAT?
Para o recebimento de benefícios em caso de afastamento de serviço. Para instituições, serve para ter dados estatísticos dos acidentes e doenças ocupacionais ou até mesmo sugerir mudanças na forma de organização do trabalho, nos instrumentos, ferramentas e equipamentos, etc.

A CAT emitida pelo empregador no eSocial substituirá a CAT em papel e/ou o atual sistema eletrônico CAT Web.

1.3 Monitoramento da Saúde do Trabalhador (S-2220)
Referência para preenchimento deste evento: NR-07 (PCMSO) e NR-15.

Quem deve ter o PCMSO: todos empregadores que admitam trabalhadores como empregados.

Objetivo do PCMSO: promoção e preservação da saúde dos trabalhadores.

Quem é o coordenador do PCMSO: Dependendo:
- Empresa com SESMT: Médico do trabalho do SESMT.
- Empresa sem SESMT: Médico do trabalho empregado ou não da empresa.

Não precisa de coordenador do PCMSO:
- Empresas grau de risco (GR) 1 e 2 até 25 empregados.
- Empresas GR 3 e 4 até 10 empregados.

1.4 Treinamentos, Capacitações, Exercícios Simulados e Outras Atividades (S-2245)
Neste tópico serão descritos os principais treinamentos e capacitações necessários, conforme recomendações das Normas Regulamentadoras (NRs).

NR-06 (CIPA) - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
Quando deve ser realizado o treinamento da CIPA: a empresa deverá promover treinamento para os membros da CIPA, atuais e suplentes, antes da posse. Em primeiro mandato será realizado no prazo de no máximo trinta dias, contados a partir da data da posse.

O que o treinamento para a CIPA deve conter:
a. estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo;
b. metodologia de investigação e análise de acidentes e doenças do trabalho;
c. noções sobre acidentes e doenças do trabalho decorrentes de exposição aos riscos existentes na empresa;
d. noções sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e medidas de prevenção;
e. noções sobre as legislações trabalhista e previdenciária relativas à segurança e saúde no trabalho;
f. princípios gerais de higiene do trabalho e de medidas de controle dos riscos;
g. organização da CIPA e outros assuntos necessários ao exercício das atribuições da Comissão.

Qual a carga horária do treinamento: o treinamento terá carga horária de vinte horas, distribuídas em no máximo oito horas diárias e será realizado durante o expediente normal.

Quem pode ministrar o treinamento: poderá ser ministrado pelo SESMT da empresa, entidade patronal, entidade de trabalhadores ou por profissional que possua conhecimentos sobre os temas ministrados.

NR-06 (EPI) - Equipamento de Proteção Individual
Quem deve informar sobre os cuidados e treinamentos de como utilizar o EPI:
Empresa com SESMT: compete ao SESMT, junto a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA e trabalhadores usuários, recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade.
Empresa sem SESMT: cabe ao empregador orientar o EPI adequado ao risco, mediante orientação de profissional tecnicamente habilitado, ou seja a CIPA ou, na falta desta, o designado de trabalhadores usuários.

NR-07 - Tratamento de Primeiros Socorros
Quem deve realizar o treinamento: todas as empresas, públicas e privadas, independente do ramo de atuação, certificando como socorrista pelo menos um dos seus colaboradores.

Todo estabelecimento deverá estar equipado com material necessário à prestação dos primeiros socorros, considerando-se as características da atividade desenvolvida, manter esse material guardado em local adequado e aos cuidados de pessoa treinada para esse fim.

NR 12 - Treinamento para Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos

Quem deve executar o treinamento: os trabalhadores que utilizem com máquinas e equipamentos.

Objetivo do treinamento: segurança do trabalhador e melhorias das condições de trabalho em prensas e similares, injetoras, máquinas e equipamentos de uso geral, e demais anexos.

Quem é o responsável pelo treinamento: pessoas com capacitação adequada, podendo até ser ministrado por um trabalhador da própria empresa.

Os trabalhadores têm obrigação de participar dos treinamentos fornecidos pelo empregador para atender as exigências/requisitos descritos na NR-12.

2 Referências
Principais referências utilizadas para a elaboração deste Manual foram as seguintes:
BRASIL, Ministério da Economia. Norma regulamentadora nº 28: Fiscalização e Penalidades. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1992. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/28.htm>. Acesso em: 15 junho 2019.

BRASIL, Portal do eSocial. Conheça o eSocial (S. I.). 29 mar. 2017. Disponível em: <https://portal.e-social.gov.br/institucional/conheca-o-social>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CAMASSA, Mara Queiroga. Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 35 Comentadas e Descomentadas. São Paulo: Método, 2015. 909 p. ISBN 978-85-365-5933-3.

MANUAL VERSÃO 2.5, Orientação do eSocial. Manual de Orientação do eSocial Versão 2.5 (S. I. n. n.). 2019. Disponível em: <https://portal.e-social.gov.br/manuais/2-5-01.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

21

Figura 1 - Imagens compactadas do instrumento informativo
Fonte: Próprio autor

4. CONCLUSÕES

Foi possível elaborar um manual informativo contendo as regras do Programa eSocial referentes aos eventos de Segurança e Saúde do Trabalho. Dessa forma, o trabalho foi de grande importância pois constituiu uma etapa importante para a futuramente concluir o caráter extensionista do presente projeto,

em que pretende-se levar conhecimento, através deste manual, para as microempresas da cidade de Pelotas-RS.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014**. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. Brasília, 11 dez. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Nota Conjunta SEPRT/RFB/SED nº 1/2019**. Simplificação do eSocial. Brasília, 08 ago. 2019. Disponível em: https://portal.esocial.gov.br/institucional/legislacao/nota-conjunta-seprt_rfb_sed-no-1-de-8-de-agosto-de-2019.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL, Portal do eSocial. **Conheça o eSocial**. [S. l.], 29 mar. 2017. Disponível em: <https://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPREVT nº 716, de 04 de julho de 2019**. Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Brasília, 04 jul. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-716-de-4-de-julho-de-2019-189613318>. Acesso em: 05 set. 2019.

FLEURY, Afonso et al. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

MANUAL VERSÃO 2.5, Orientação do eSocial. **Manual de Orientação do eSocial Versão 2.5**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-2-5-01.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.